



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

DECLARAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 56/2025.

OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviços de Transportes Escolares (com motoristas e monitores), de acordo com o calendário escolar e com as especificações constantes no Termo de Referência, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

DECLARAMOS E ESCLARECEMOS QUE,

Todas as bases de preço, orçamento, valores prévios e cálculos de média e Termo de Referência são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade dessa Comissão de Licitação, bem como do Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro abaixo mencionado.

Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou (conforme **00040/25** não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

A divisão/separação dos lotes da mesma forma, foi efetuada pelo setor de compras da **Secretaria Municipal de Educação - SEMED** não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Agente de Contratação/Pregoeiro e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

O Tipo da Licitação (MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM) foi definido pela **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, conforme se extrai, do **Processo Administrativo nº 56/2025**.

Chupinguaia - RO, 21 de janeiro de 2025

SINDOVAL GONÇALVES

Agente de Contratação



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2025
MODO DE DISPUTA ABERTO

A **Prefeitura de Chupinguaia**, através do seu Agente de Contratação/Pregoeiro, designado por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico** sob o nº **2/2025**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024 e demais legislações municipais pertinentes e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações dada pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e alterações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 56/2025.

OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviços de Transportes Escolares (com motoristas e monitores), de acordo com o calendário escolar e com as especificações constantes no Termo de Referência, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

DA SESSÃO

INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: 08:00 horas do dia 22 de janeiro de 2025.

LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: 08:30 horas do dia 04 de fevereiro de 2025

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 04 de fevereiro de 2025.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio, à Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras – CPLMO, sito AVENIDA 27, 1133, CENTRO – CHUPINGUAIA – RO. Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro: SINDOVAL GONÇALVES. Fone/Fax: (69) 3346-1460 e cplmochupinguaia@hotmail.com.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Chupinguaia – RO, 21 de janeiro de 2025



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2025.

C
P
L
M
O

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3346-1460.

 <p style="text-align: center;"> PODER EXECUTIVO PREFEITURA DE CHUPINGUAIA Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO </p>	<p>PROC: 56/2025</p> <p>P. E. Nº.: 2/2025</p>
---	---

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2025.

MODO DE DISPUTA ABERTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/2025.

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

A **Prefeitura de Chupinguaia**, através do seu Agente de Contratação/Pregoeiro, designado por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico sob o nº 2/2025**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024 e demais legislações municipais pertinentes e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações dada pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e alterações.

1.1.1. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

1.1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; www.licitanet.com.br;

1.1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, www.licitanet.com.br; na data e horário, conforme abaixo:

TIPO DA LICITAÇÃO: (Art. 06, Inciso XLI da Lei 14.133/21) - **Menor Preço.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Menor Preço Unitário**

MODO DE DISPUTA: **Aberto** (Decreto Federal nº 10.024/2019)

2.DO OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviços de Transportes Escolares (com motoristas e monitores), de acordo com o calendário escolar e com as especificações constantes no Termo de Referência, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

DA SESSÃO

INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: **08:00 horas do dia 22 de janeiro de 2025.**

LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: **08:30 horas do dia 04 de fevereiro de 2025**



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 04 de fevereiro de 2025.

LOCAL: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado no link – licitações públicas". Para todas as referências de tempo **será observado o horário de Brasília (DF).**

1.1.3.1. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro aos licitantes;

1.1.3.2. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo nº 56/2025 e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico www.licitanet.com.br e as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital, prevalecerão às últimas;

2.2. DO FORNECIMENTO Conforme estabelecido I – Termo de Referência, que foi aprovado e assinado pelo gestor da pasta, analisado e aprovado pela Auditoria/Controle Interno. (Art. 18, inciso II):

2.2.1 – DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS.

- a) Os percursos deverão ser realizados obrigatoriamente com todos os passageiros sentados, para tanto o veículo deverá dispor de bancos suficientes para suprir as necessidades;
- b) O percurso deverá ser realizado seguindo as quilometragens e locais previstos para o ano letivo (salvo se comprovada a inexistência do aluno);
- c) Os horários de chegada e partida deverão ser rigorosamente obedecidos, salvo se comprovado caso fortuito com anuência do **Chefe de Transporte da SEMED**;
- d) O motorista deverá zelar para que os alunos desçam nos locais indicados no contrato;
- e) O motorista deverá comunicar à Secretaria Municipal de Educação e Unidade Escolar de imediato sobre qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

2.2.2 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

- a) Correrão por conta da Contratada todas as despesas com o transporte, como: **motorista, monitores, combustível e manutenção em geral para o cumprimento do contrato, bem como tributos e outros encargos;**
- b) Os serviços serão realizados em estrita observância a este instrumento e cláusulas contratuais;
- c) A contratada responderá na forma da lei pelos serviços que por ventura venham apresentar qualquer irregularidade ou discordância à íntegra do objeto deste Termo de Referência;
- d) Os pessoais empregados nos serviços ora contratados não terão qualquer vínculo empregatício com esta Prefeitura de Chupinguaia, portanto serão de total responsabilidade os encargos sociais para a Empresa contratada.
- e) A execução dos serviços também compreenderá:
- I – Operação de acordo com os melhores procedimentos técnicos, de veículos em bom estado de conservação e com a capacidade necessária de passageiros;
 - II – Execução e manutenção de aprimoramento dos processos de trabalho, visando à qualidade dos serviços de transporte prestado.

2.2.3 – DOS VEÍCULOS.

- a) A contratada deverá **comprovar antes da assinatura do contrato** que o (s) veículo (s) possui (em) toda (s) a (s) documentação (ões) e equipamentos exigidos pelo CTB (Código de Trânsito Brasileiro);
- b) A contratada sujeitar-se-á às vistorias regulares a serem procedidas pela SEMED, antes da assinatura do contrato, evidenciando se assim o cumprimento das exigências contidas neste Termo de Referência;
- c) Caso a Empresa tenha que trocar algum veículo de transporte escolar durante a vigência do contrato, esta deverá informar via documento a Secretaria Municipal de Educação antecipadamente;
- d) Todos os veículos serão objetos de frequentes vistorias pós-contrato, a ser realizado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação;
- e) **Todas as documentações e outros itens** necessários a realização dos serviços de transportes dos educandos deverão estar em perfeitas condições e legalizados junto aos Órgãos responsáveis, sendo passível de penalização a Empresa que manter veículos irregulares durante o ano letivo;
- f) Todos os veículos de transportes escolares deverão ter **cortina de tecido ou película nos vidros devidamente autorizada** em todas as janelas para melhor proteger os alunos.

2.2.4 – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

- a) A contratação será realizada com a (s) Empresa (s) que atender a todos os requisitos exigidos e apresentar o menor preço por quilometro rodado para os serviços previstos neste Termo de Referência;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

- b) O presente contrato será executado sob o regime de quilômetro rodado com aluno e considerando a natureza da contratação, o pagamento será realizado por (quilometro executado);
- c) A contratação será efetuada em regime diário, sendo condicionada à disponibilidade do veículo no horário integral, sendo assim, antevendo imprevistos dos horários escolares.

2.2.5 – DOS MOTORISTAS DE VEICULOS DOS TRANSPORTES ESCOLARES.

- a) Ter idade igual ou superior a **21(vinte e um) anos**;
- b) Ser detentor de **Carteira Nacional de Habilitação**, de no mínimo categoria **D** de acordo com o CTB Código de Transporte Brasileiro, para desempenhar a função de motorista de transporte escolar;
- c) A comprovação da documentação referida acima deverá se dar com a apresentação de cópias para a devida assinatura do contrato;
- d) Registro Geral - Cédula de identidade;
- e) CPF Cadastro de Pessoas Físicas;
- f) Carteira Nacional de Habilitação de no mínimo categoria D, com prazo de validade legalizado;
- g) Ter em campo específica da Carteira Nacional de Habilitação a expressão, **Exerce função remunerada**;
- h) Certificado do curso de capacitação para Transporte Escolar do SEST/SENAT;
- i) Comprovante de endereço;
- j) Deverá ser apresentada a carteira de Trabalho do motorista devidamente registrada pela Empresa contratada.
- k) Os condutores dos veículos de que tratam os artigos 135 e 136, para exercerem suas atividades, deverão apresentar, previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização.

2.2.6 – DOS MONITORES DOS TRANSPORTES ESCOLARES.

- a) Ter idade igual ou superior a **18(dezoito) anos** e apresentar cópia dos seguintes documentos;
- b) Registro Geral - Cédula de identidade;
- c) CPF Cadastro de Pessoas Físicas;
- d) Comprovante de endereço;
- e) Deverá ser apresentada a (s) carteira (s) de Trabalho do (s) monitor (es) de transporte escolar devidamente registrada pela Empresa contratada.

2.2.7 – DA UNIFORMIZAÇÃO DOS MOTORISTAS E MONITORES DE TRANSPORTES ESCOLARES



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

- a) A Empresa deverá apresentar todos os seus funcionários devidamente uniformizados e ter no mínimo as informações abaixo descritas nas vestimentas:
- b) Nome da Empresa;
- c) Telefone para contato;
- d) CNPJ da Empresa;
- e) Identificar no uniforme se é **motorista** de veículo ou **monitor** de transportes;
- f) Prefeitura de Chupinguaia;
- g) Secretaria Municipal de Educação;
- h) As vestimentas mínimas serão **calça e camisa ou calça e camiseta**, sendo a escolha, critério da Empresa contratada;
- i) As cores das vestimentas ficarão a critério da Empresa contratada.
- j) A uniformização será para identificação dos profissionais junto aos Alunos, Sociedade, Administração Pública e outras Representações pertinentes ao caso.

2.2.8 – OS VEICULOS DEVERÃO POSSUIR OS SEGUINTE DOCUMENTOS.

- a) Certificado de Registro do Veículo expedido pelo DETRAN/RO; em nome do Proprietário ou da Empresa contratada
- b) Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo expedido pelo DETRAN/RO, apto para o exercício e em nome do Proprietário ou da Empresa contratada;
- c) Laudo de Inspeção veicular expedida pelo DETRAN/RO;
- d) Autorização de Transporte Escolar expedida pelo DETRAN/RO.

2.2.9 – DA INSPEÇÃO DOS VEICULOS, DOCUMENTOS, MOTORISTAS E MONITORES.

- a) A Secretaria Municipal de Educação realizará a composição de Comissão com representantes do Poder Executivo e de outros setores da sociedade civil, com finalidade específica e nomeados por Decreto Municipal, para a inspeção dos documentos, motoristas, monitores e veículos dos transportes escolares.
- b) A Empresa deverá realizar a digitalização dos documentos em arquivos tipo PDF ou outros similares e entregar na Secretaria Municipal de Educação e CD, DVD ou Pen Drive, juntamente com cópias impressas;
- c) A inspeção por esta Comissão instituída, terá a finalidade de analisar os veículos, documentos, motoristas e monitores, antes do início e durante as atividades dos transportes escolares, quando for conveniente para o bom atendimento dos educandos.

2.2.10 – DA SUBCONTRATAÇÃO.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

Fica expressamente proibida a subcontratação de Empresas para realização dos transportes escolares no Município de Chupinguaia.

2.2.11 – DA SUBCONTRATAÇÃO.

Fica expressamente proibida a subcontratação de Empresas para realização dos transportes escolares no Município de Chupinguaia.

2.2.12 – DA PROIBIÇÃO.

- a) É expressamente proibido os **transportes de caroneiros**, com exceção dos pais ou responsáveis dos alunos, desde que solicitado pelas Instituições Educacionais e devidamente autorizado pela SEMED;
- b) Em hipótese alguma será permitido o **transporte de qualquer tipo de objeto** nos veículos de transportes escolares, a não ser os pertences educacionais dos alunos;
- c) Caso ocorra tal procedimento sem a devida previsão legal prevista nos itens **23.1 e 23.2**, será a Empresa contratada punida com a rescisão contratual perante a Prefeitura de Chupinguaia;
- d) Fica expressamente proibido, pneus, ferramentas ou outros objetos no interior dos veículos de transportes escolares, a não ser os pertences dos educandos;
- e) Não poderá haver no interior do veículo nenhum tipo de espaço ou vão no assoalho que coloque em risco as crianças;
- f) Quando haver no veículo mais que uma porta de acesso e ocorrer o uso de apenas uma, a outra deverá ser devidamente lacrada e vedada.

2.2.13 – DO CONHECIMENTO DOS TRAJETOS DE TRANSPORTES ESCOLARES.

Será de obrigação da (s) Empresa (s) **obter informações sobre os trajetos e localidades nos quais serão desempenhados os serviços de transporte escolar** constantes deste Termo de Referência, junto a Secretaria Municipal de Educação com os responsáveis do Setor de Transportes Escolares.

2.2.14 – DOS VEICULOS TIPO KOMBI E VAN.

- a) Não serão necessários monitores nos veículos tipo Kombi e Van, por serem veículos com poucos lugares para acomodação dos educandos;
- b) Por serem estes veículos contratados com finalidades específicas para os **locais de difícil acesso e trajetos de poucas quilometragens**;
- c) As kombis e as vans contratadas serão em sua maioria para os transportes dos educandos aos locais de passagens dos veículos tipo ônibus;
- d) Por serem veículos que não possuem corredores e conter janelas de considerável segurança, além dos educandos ficar muito próximos dos motoristas dos veículos.

2.2.15 – DO (S) VEÍCULO (S) RESERVA.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

- a) Toda e qualquer empresa que sagrar-se vencedora do certame deverá ter no mínimo 01 (um) ônibus reserva para cada 03 (três) trajetos escolares sob sua responsabilidade;
- b) O veículo reserva deverá ficar na Sede de Chupinguaia para atendimento em no máximo 02 (duas) horas após a paralisação (quebra) por qualquer tipo de problema apresentado;
- c) A permanência do veículo reserva na Sede de Chupinguaia se dá em virtude da localização em relação aos Distritos Municipais, Assentamentos e Fazendas;
- d) O veículo reserva estando na Sede de Chupinguaia nos garantirá atendimento em qualquer localidade em menos de duas horas após a paralisação do veículo por quebra;
- e) O veículo reserva é de extrema necessidade, pois o Município de Chupinguaia tem aproximadamente 98% de suas estradas não pavimentadas, de considerável desnivelamento geográfico;
- f) Outro fator é a situação calamitosa que ficam as estradas nos períodos chuvosos, situação que contribui consideravelmente para os danos nos veículos de transportes, fato este que corrobora para a permanência dos veículos reserva na Sede de Chupinguaia.

2.2.16 – DO ANO DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTES ESCOLARES

Os veículos de transportes dos educandos da zona rural deverão atender aos requisitos mínimos da Lei Municipal de LEI Nº 2.458 DE 27 DE AGOSTO DE 2021. quanto ao ano, [\(ID 626408\)](#).

2.2.17 – DA APRESENTAÇÃO DOS VEICULOS, MOTORISTAS, MONITORES E DOCUMENTOS DE TRANSPORTES ESCOLARES

- a) Todos os veículos, motoristas, monitores e documentos deverão ser apresentados na **Secretaria Municipal de Educação**, pós certame licitatório e estar em nome da Empresa ou do Proprietário.
- b) O prazo para apresentação **após a realização do certame licitatório** será de até **20 (vinte) dias**, antes do início do ano letivo, caso isso não ocorra, será realizada a chamada da segunda colocada.
- c) Devem ser anexados na frente do veículo o nome e número do trajeto com especificação do itinerário.

2.2.18 – DO ACRESCIMO DE VEICULOS.

- a) A Secretaria Municipal de Educação terá a responsabilidade de informar a Empresa vencedora sobre a necessidade de aumentar a quantidade de veículos nos trajetos escolares, quando ocorrer excesso de lotação de alunos;
- b) O aumento da quantidade de veículos será para atender somente o trajeto contratado, podendo ser alterado somente em relação ao local de saída;
- c) O valor do quilômetro referente ao trajeto com aumento de veículo não poderá ser diferente do contratado para a devida localidade e endereço;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

d) O veículo a ser acrescido deverá ter as mesmas características do veículo que se encontra realizando o trajeto.

e) Sendo que a nossa região tem uma grande área de assentamento alguns já regularizados e outros ainda encontra se áreas de invasão, sendo um deles **(Nossa Senhora aparecida, Estrela e entre ouros)**, após a regularização deste assentamento juntos aos órgãos competentes, pois tendo alunos se faz necessário o aumento de veículos para atender esta necessidade, fica responsável para transporta estes alunos a empresa que estiver mais próxima da área dos assentados.

f) No caso do acréscimo de mais um veículo, ficara da seguinte forma exemplo; **(TRAJETO 01- A + Itinerário... E TRAJETO 01- B + Itinerário....)**.

2.3. DA VIGÊNCIA (art. 55, inciso IV e 57 inciso II):

a) O prazo para a execução dos serviços será de **12 (doze) meses** a partir da assinatura do contrato em atendimento **aos dias letivos previstos, podendo ser prorrogado ou aditivado caso haja interesse da Administração.**

b) A prestação dos serviços de transporte escolar dar-se-á durante o período letivo, implicando em **suspensão automática** a execução contratual no período de **férias e do recesso escolar**;

c) O espaço de tempo compreenderá atendimento aos **200 (duzentos) dias letivos** conforme previsto nas Legislações e mais o acréscimo de **10 (dez) dias para os exames finais** caso seja necessário, ou seja, perfazendo um total de **210 (duzentos e dez) dias**, respeitando assim os direitos dos educandos.

d) Os contratos poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, desde que o prazo não ultrapasse **24 (vinte e quatro) meses**, conforme artigo 107, da Lei Federal N.º 14.133/21.

2.3.1. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do Artigo 111, da lei 14.133/21. O contrato vigorará conforme termo de referência, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a lei 14.133/21 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

3 – ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE TERÃO DE SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS.

3.1. As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, deverão ser formuladas e anexadas no sistema www.licitanet.com.br, **(devendo mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo), ou protocolado junto a CPLMO, no endereço.** Com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, para os pedidos de esclarecimentos, e 03 (três) dias úteis, para os pedidos de impugnação, antes da data fixada para a sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO, citada no Preâmbulo deste Edital.

3.2. Caberá ao Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

3.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontarem falhas ou irregularidades ou não o fizer no prazo estipulado.

3.4. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de **adendos modificadores ou notas de esclarecimentos**, enviado no site oficial da licitação www.licitanet.com.br.

3.4.1. **ADENDO MODIFICADOR** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Aviso de Prorrogação da Sessão de Abertura, com o prazo original, devidamente estabelecido no art. 55, § 1º da Lei Federal nº. 14.133/21 e art. 22, do Decreto Federal nº. 10.024/2019, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão;

3.4.2. **NOTA DE ESCLARECIMENTO** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;

3.5. Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação, somente serão aceitos os que forem formulados no sistema, como serão divulgados através de publicação de Adendo Modificador ou Nota de Esclarecimento no site oficial da licitação www.licitanet.com.br. Como também as solicitações de impugnações.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participar nesta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, implica a aceitação, plena e irrevogável das normas constantes no presente Edital e dos seus anexos;

4.2. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO, o licitante deverá manifestar no Anexo II - Descrição Detalhada do Objeto, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

4.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

4.3. Poderão participar desta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto a documentação, conforme LC 123/06 e alterações dada pela LC 147/14;

4.4. Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

4.5. Não poderão participar desta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

4.5.1. Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.5.2. Que, em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

4.5.3. Que estejam constituídas sob a forma de Consórcio;

4.5.4. Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

4.5.5. Estrangeiras que não funcionem no País;

4.5.6. Que tenham sido consideradas inidôneas por quaisquer órgãos governamentais, autárquicos, funcionais ou de economia mista;

4.5.7. Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação; Ressalva: É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª câmara, Dou de 04/10/2011).

4.5.8. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.5.9. Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município.

4.5.10. Enquadrada nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133/21 e no artigo 31 da Lei Orgânica.

4.5.11. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5.13. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

a) O impedimento de que trata este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

b) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

c) O disposto nestes itens não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

d) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

e) A vedação de que trata este item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.6. A participação nesta Licitação, importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recurso. A não observância destas condições ensejará na sumária desclassificação da proponente.

5 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO.

5.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet;

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.licitanet.com.br;

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes em qualquer PREGÃO na forma ELETRÔNICA;

5.3.1. Apresentar juntamente com o exigido **no item 11.8** deste Edital, a procuração e a cédula de identidade do representante legal credenciado para o acesso ao sistema Eletrônico no site www.licitanet.com.br;

5.3.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento, através da apresentação da cópia de sua cédula de identidade e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame. Se a outorga se der por instrumento particular (**com firma reconhecida em Cartório**), esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

5.3.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, este deverá apresentar cópia de sua cédula de identidade e cópia do ato de constituição da empresa ou ato de investidura que habilitem como representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

5.3.4. **Apresentar juntamente com o item 5.3.1, Contrato Social, em vigor, registrado na Junta Comercial, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta Licitação;**

5.3.4.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

5.3.4.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.3.4.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4. Os documentos para credenciamento, exigidos no item 5.3 e seus subitens, deverão ser apresentados com cópia autenticada em cartório competente;

5.5. O comparecimento ao site do representante legal da LICITANTE é imprescindível em todas as sessões pertinentes a este certame licitatório;

5.6. A ausência do representante legal da licitante nos horários e datas marcadas no CHAT MENSAGENS, implicará na aceitação por parte do representante legal ausente, de todas e quaisquer decisão tomada pelo Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro e aceitas pelas licitantes presentes;

5.7. As microempresas ou as empresas de pequeno porte deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/06;

5.7.1. A não declaração do item 5.7, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA Lei Complementar nº. 123/06;

5.7.2. A declaração falsa dos requisitos de credenciamento sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.

5.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Comissão de Pregão, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema www.licitanet.com.br, concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA – SE FOR O CASO) vedada a identificação do titular da proposta, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

6.2. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.2.1. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

6.3. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

6.4. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;

6.5. Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

6.6. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

6.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

6.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

6.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

6.11. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12. Nas Propostas de Preços REGISTRADAS no Sistema Eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

6.12.1. Preço total de cada item, de acordo com o preço praticado no mercado, conforme estabelece o inciso II, do art. 12, da Lei Federal nº 14.133/21, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **Anexo II – Descrição Detalhada do Objeto** do presente edital;

6.12.2. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, ICMS, taxas, fretes, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

6.13. A proposta de preços registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.14. O Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro verificará as propostas de preços registrados no endereço eletrônico, antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7 – DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A partir das **09:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA) do dia 04 de fevereiro de 2025**, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a Sessão Pública do presente PREGÃO ELETRÔNICO, com a divulgação das propostas de preços, recebidas em conformidade com o item 6.8 e seus subitens, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

7.2. Em seguida, ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme estabelecido no Sistema Eletrônico.

7.3. O Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (**podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente**), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.4. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem **desclassificadas** do certame pelo Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro.

7.5. Os lances serão realizados em conformidade com o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 no modo de disputa **ABERTO ou ABERTO e FECHADO**, conforme definido nos Artigos 31, 32 e 33 e cadastrado no sistema da Plataforma LICITANET.

7.5.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.

7.5.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.5.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro, assessorado pela equipe



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.6. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Agente de Contratação/Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

7.7. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

7.8. O Agente de Contratação/Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

7.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

7.10. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.11. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação/Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie ou assine a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.12.1. O licitante poderá assinar a proposta final que é disponibilizada no sistema (ASSINAR P. FINAL).

7.13. Após encerrada a fase de lances, as Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, as quais declararão, em campo próprio do sistema, ao inserir suas propostas de preços serão convocadas através do próprio sistema, conforme Lei Complementar nº 123/06.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019;
- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.6. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, exclusivamente via chat no sistema do pregão, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro;
- 8.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;
- 8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;
- 8.10. Havendo necessidade, o Agente de Contratação/Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;
- 8.11. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

8.12. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

09 - DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

9.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação/Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

9.1.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via chat no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

9.1.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

9.1.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.1.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.1.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

10 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. O critério de julgamento das propostas será de **MENOR PREÇO POR ITEM**, e o tipo da licitação será o de **MENOR PREÇO** devendo o Agente de Contratação/Pregoeiro, realizá-lo em conformidade com o tipo da licitação e os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório, e em sessão ou reunião do Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio, que poderá, a seu critério, solicitar auxílio e assessoria de pessoal qualificado do quadro de servidores do município ou externos a ele;

10.1.1. O julgamento da proposta de preços no site dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital;

10.1.2. Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor para o item.

10.2. Será efetuada a verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do instrumento convocatório e com os preços correntes no mercado, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

10.3. O resultado do julgamento estará a disposição dos interessados, bem como os pareceres, relatórios e atos registrados no processo licitatório. Os autos do processo poderão ser examinados pelos que demonstrarem o desejo de fazê-lo;

10.4. Caso todas as licitantes sejam inabilitadas ou tenham suas propostas desclassificadas, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá fixar o **prazo de 03 (três) dias úteis**, para que apresentem outras, escoimadas das causas das quais decorreram a inabilitação ou desclassificação,



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

conforme disposto no art. 59, da Lei 14.133/21, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão;

10.5. É facultada ao Agente de Contratação/Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, proceder à promoção de diligência ou verificações, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

10.6. Não será motivo de desclassificação, simples omissão que seja irrelevante para o entendimento da proposta de preços que não venham causar prejuízo para a Administração Pública, e nem firam os direitos dos licitantes.

11 – DA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELA(S) LICITANTE(S) DE MENOR(ES) LANCES

11.1. O licitante deverá anexar no sistema de licitação www.licitanet.com.br A proposta final do licitante declarado vencedor, deverá ser assinada via sistema e/ou encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá.

11.1.1. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto prevalecerão as descritas no ANEXO II (modelo de carta proposta);

11.2.1. Os licitantes que não apresentarem nos termos do item anterior deverá quando solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro enviar documentos originais e/ou cópia autenticada em cartório da documentação exigida para habilitação, bem como do detalhamento da proposta de preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de convocação feita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro via chat de mensagem, com tolerância de 01 (um) dia por motivos fortuitos, sob pena desclassificação da empresa. Para o endereço sito a Prefeitura de Chupinguaia – Setor de Licitação (CPLMO); situado na Avenida Valter Luiz Filus, 1133, Centro – Chupinguaia – RO, Fone (69) 3346-1460, A/C Agente de Contratação/Pregoeiro ou Equipe de Apoio;

11.2.2. Em todas as folhas, o carimbo padronizado do CNPJ, excetuando-se as folhas timbradas que já tenham impressa essas informações, preferencialmente com índice indicando o número de páginas e respectivo conteúdo, todas as folhas sequencialmente numeradas;

11.3. Os dados do Representante Legal, preferencialmente, conforme modelo apresentado no **ANEXO IV** deste Edital.

11.4. As propostas de preços deverão conter sob pena de desclassificação:

11.4.1. Indicação da exigência dos itens 2.2.

11.4.2. As propostas devem conter as especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas dos materiais ofertados, constando os quantitativos



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

e valores unitários e totais, bem como a marca e modelo, conforme modelo contido no **ANEXO II** deste Edital;

11.4.2.1 - A não informações como **marca** e **modelo** e outros elementos que identifiquem e constatem as configurações cotadas, **será motivo de desclassificação.**

11.4.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura deste Pregão;

11.4.4. Preço unitário e total, de acordo com o preço praticado no mercado (valor fixo, irreajustável, de acordo com a legislação em vigor), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **Anexo II – Descrição Detalhada do Objeto** do presente edital;

11.4.5. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

11.4.6. O licitante deverá incluir no preço do serviço ofertado, a alíquota do imposto intitulado ICMS, considerando para todos os efeitos fiscais, a Prefeitura de Chupinguaia, na condição de comprador final.

11.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender no todo, ou em parte, as disposições deste instrumento convocatório;

11.6. Serão considerados inadequados, desta forma desclassificados, preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis (excessivos) com os praticados no mercado e com distorções significativas;

11.7. A proposta de preços enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

11.8. A proposta de preços, contendo as exigências do item 11 e seus subitens deste edital, atualizada com o último lance, deverá ser assinada via sistema e/ou enviada no prazo máximo de até 02 (duas) horas, **sob pena de desclassificação**, via upload no portal da licitação www.licitanet.com.br conforme o tempo previsto pelo Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro. Podendo assinar e enviar a PROPOSTA FINAL DO SISTEMA.

11.9 Não serão considerados propostas que deixarem de atender as disposições deste instrumento convocatório.

11.10 As propostas de preços apresentados fora da data e horário previsto no subitem 11.9, ou aquele estabelecido no CHAT MENSAGENS, deste instrumento convocatório, não serão recebidos.

11.11. O envio da proposta de preços vinculará o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações com inerentes ao certame.

12 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. A(s) licitante(s) declarada(s) como vencedora(s) do menor lance devera(ão) enviar no prazo de até 02 (duas) horas, (sob pena de inabilitação), via upload no portal da licitação www.licitanet.com.br



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

a documentação de habilitação, a seguir elencada. Podendo assinar e enviar a PROPOSTA FINAL DO SISTEMA.

12.2. A(s) licitante(s) deverá (ão), apresentar sob pena de inabilitação, os seguintes documentos abaixo mencionados.

12.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal);

b) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;

c) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal;

d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao

12.3.1. As certidões que não indicarem prazo de validade, só serão aceitas pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, se emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias corridos, e ainda, a validade das certidões emitidas pela INTERNET, fica condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico;

12.3.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, em conformidade com o disposto no art.42 da Lei Complementar nº. 123/2006;

12.3.2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (LC 123/06, art.43, alterada pela LC 147/14); e,

12.3.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão de Licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.3.2.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação”.

Observação:

A Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte estabeleceu a definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, a saber:



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e Oitocentos mil reais). (...)

§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores; X – constituída sob a forma de sociedade por ações.”

12.3.2.4 O licitante deverá anexar no sistema de licitação , os documentos de habilitação e proposta final até o horário limite para o encerramento do envio .



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

OBS.: Se a documentação de habilitação e proposta não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, ou ainda não cumprir os prazos estabelecidos neste subitem, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO, sem prévio aviso.

12.3.2.5. A documentação de habilitação enviada terá efeito para todos os itens, os quais a empresa encontra-se participando, e foi devidamente convocada.

12.3.3. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, exclusivamente via chat no sistema do pregão, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro;

12.3.4. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.4. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 64, § 2º, da Lei 14.133/21 **(Anexo V)**;
- b) Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 **(Anexo VI)**;
- c) Contrato Social ou outro instrumento equivalente, em vigor; para comprovar o ramo de atividade da referida empresa, a qual deverá ser compatível com o objeto desta licitação; **(autenticada em Cartório ou cópia acompanhada com original para autenticação pela equipe de apoio)**, e,
 - 01 – Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
 - 02 – No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

12.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão (ões) Negativa (a) de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor (es) de sua sede**, se o licitante não for



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

sediado no Estado de Rondônia, a(s) certidão(ões) deverá(ao) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, relacionado o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordatas). As certidões que não tiver vigência, será consideradas aquelas emitidas nos ultimos 30 (trinta) dias.

13 – DA CORREÇÃO ADMISSÍVEL

13.1. Nos casos em que o Agente de Contratação/Agente de Contratação/Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo as seguintes disposições:

13.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

13.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Agente de Contratação/Pregoeiro procederá a correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

14 – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

14.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o Agente de Contratação/Pregoeiro declara o licitante vencedor;

14.2. Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação NO SITE, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital, e seja declarado vencedor;

14.3. Aclamação do(s) Licitante(s) vencedor(es);

14.4. Registro das manifestações, em campo próprio no sistema, dos demais Licitantes quanto à intenção ou não de recorrer da decisão proferida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;

14.5. Adjudicação do objeto da licitação, caso não haja manifestação quanto à intenção de interpor recurso administrativo;

14.6. Registro na Ata da Sessão pelo Agente de Contratação/Pregoeiro e publicação da referida no site;

14.7. Homologada a licitação pela autoridade superior, deverá ser procedida à convocação do adjudicatário para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

15.1. Proclamado o resultado final da licitação, promoverá o Agente de Contratação/Pregoeiro, a remessa dos autos à autoridade superior, para:

15.1.1. Confirmar o julgamento, determinando a homologação do objeto licitado ao proponente classificado em primeiro lugar;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

15.1.2. Ordenar a retificação da classificação no todo ou em parte, se verificar irregularidade corrigível no julgamento;

15.1.3. Anular o julgamento, ou todo procedimento licitatório, se deparar com irregularidade insanável e prejudicial ao certame, em qualquer fase do Processo Licitatório;

15.1.4. Revogar a licitação, por motivo de conveniência ou oportunidade, desde que comprovado e ocorrido depois de instaurada a competição.

16 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer em campo próprio do sistema;

16.2. A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação/Pregoeiro ao vencedor; Mas a empresa licitante deverá observar primariamente os seguintes requisitos:

16.2.1. Conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21, é imperativo que as empresas que optem por apresentar recursos durante o processo de licitação e justifiquem devidamente suas razões para tal medida.

16.2.2. A ausência de justificativa adequada ou a não apresentação do recurso solicitado pela empresa que manifestou a intenção de recorrer, pode ser interpretada como uma tentativa de frustrar o processo licitatório. Tal ato é passível de penalização, sujeitando a empresa a medidas punitivas que podem incluir a desqualificação da mesma do certame em questão, bem como outras sanções legais aplicáveis.

16.2.3. Portanto, reiteramos a importância de que todas as empresas envolvidas no processo licitatório cumpram rigorosamente com as disposições legais, incluindo a apresentação de justificativas claras e consistentes para quaisquer recursos interpostos.

16.2.4. Por conseguinte, instamos todas as partes interessadas a agirem com transparência e responsabilidade, garantindo a lisura e a integridade do processo licitatório em conformidade com a legislação vigente.

16.2.5. Salientamos que a não observância do prazo, e, não havendo envio das razões recursais, devidamente caracterizadas conforme justificada na intenção do recurso e falta de razoabilidade no recurso, pode acarretar em consequências para a empresa licitante, conforme Art. 156 da referida lei. Serão aplicadas infrações administrativas previstas nesta Lei, sendo:

I – Advertência;

II – Multa;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com administração pública do Município de Chupinguaia – RO.

16.3. Os recursos apresentados fora do sistema, somente serão aceitos e possivelmente respondidos em caráter pedagógico, não possuindo valor de recurso administrativo.

16.4. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade na intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.5. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

16.8. Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Se este recair em dia não útil, o término do prazo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente;

17 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

17.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

17.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

17.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

17.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

18 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta dos seguintes Programas:



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 07 SECRETRARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 020701 ATIVIDADES DO ENSINO BASICO

12.361.0022.2019.0000 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: MDE FUNDAMENTAL

VALOR: R\$ 345.942,17 (trezentos e quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 020703 ATIVIDADE DO ENSINO RECURSO VINCULADO.

12.361.0023.2033.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL IR E VIR

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

VALOR: R\$ 406.264,81 (quatrocentos e seis mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos)

19 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

19.1. A contratação será formalizada mediante a emissão e retirada do instrumento contratual;

19.2. Como condição para celebração do instrumento contratual, a Licitante Vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

c) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 139 da mesma Lei.

19.4. Oficialmente convocada pela Administração, com vistas à celebração do Instrumento Contratual, é dado à adjudicatória o prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da ciência ao chamamento, pelo Prefeitura de Chupinguaia, para no local indicado, firmar o instrumento de Contrato. A recusa injustificada da LICITANTE vencedora, em retirar o instrumento contratual dentro do prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida sujeitando-se às penalidades previstas no art. 90, § 5º da Lei Federal nº. 14.133/21.

19.5. É facultado à Administração, quando o convocado não retirar o Instrumento Contratual no prazo e condições estabelecidas, convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação,



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, e assim sucessivamente, ou revogar a licitação;

19.5.1. Os LICITANTES remanescentes convocados na forma do subitem anterior se obrigam a atenderem a convocação e retirarem o Instrumento Contratual respectivo, no prazo fixado no item 18.3 deste edital, ressalvados os casos de vencimentos das respectivas propostas, sujeitando-se ao atendimento das condições de habilitação.

19.6. A Administração, a qualquer tempo, poderá promover a extinção antecipada do Termo Contratual:

- a) Unilateralmente, desde que configure qualquer das hipóteses elencadas na Seção V, Art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº. 14.133/21, com suas alterações;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

20 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) Após a realização do objeto, da forma prevista neste **Termo de Referência** e concernente a esta aquisição, o processo será instruído com a respectiva **Nota Fiscal** devidamente certificada pelos setores competentes e os autos encaminhados a SEMFAZ para fins de pagamento;

b) A **Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ** efetuará o pagamento em até **30 (trinta)** dias úteis após a entrega da Nota Fiscal;

c) Não será efetuado qualquer tipo de antecipação de pagamento antes da realização do objeto;

d) Não será efetuado o pagamento quando for constatado **qualquer tipo de problema**, para um ou mais trajetos sob a responsabilidade da contratada;

e) Por ocasião do pagamento, a SEMFAZ deverá observar se a contratada mantém todas as condições jurídicas que a habilitaram para o certame, ou seja, a comprovação de que se encontram quites junto ao **INSS, FGTS, CNDT e MUNICIPIO**;

f) Deverão constar em campo específico da Nota Fiscal os encargos sociais junto ao **INSS Instituto Nacional de Seguridade Social** referente à Empresa contratada.

21 – DO REAJUSTAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

21.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, no prazo de vigência do Instrumento Contratual de até 01 (um) ano, de acordo com a Lei Federal nº. 10.192/2001, podendo ser reajustado, após o referido período, mediante regulamentação do Poder Executivo Federal aplicável a matéria;

21.2. Os critérios para correção monetária serão estabelecidos na Lei Federal nº. 9.069/95, caso o pagamento não seja efetuado conforme Decreto Estadual nº. 5.945, de 26 de maio de 1.993.

22 - AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1 Uma vez firmada a contratação, este município se obriga a:



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

- a) Promover por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, quando da realização do objeto, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos, qualitativos e funcionais, anotando em registro as próprias falhas detectadas e comunicando à Empresa, as ocorrências de qualquer fato que a seu critério exijam medidas por parte daquela;
- b) Efetuar o pagamento à Empresa, de acordo com a forma e prazos estabelecidos;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto, quando solicitado pela licitante vencedora;
- d) Rejeitar o objeto realizado equivocadamente ou em desacordo com as especificações mínimas exigidas neste ato convocatório;
- e) Atestar as Notas Fiscais correspondentes por intermédio da unidade responsável por fiscalizar, ou por outro servidor designado para esse fim.
- f) Realizar as medidas dos trajetos escolares de forma mensal, para que as notas fiscais possam ser emitidas pelas Empresas contratadas;
- g) Fica a Secretaria Municipal de Educação impedida de realizar os pagamentos, quando comprovada a desatualização de documentos pertinentes aos motoristas, monitores e veículos voltados aos transportes escolares.
- h) A Secretaria Municipal de educação deverá oferecer informações aos motoristas e monitores quanto ao atendimento da clientela e sempre que necessário reuni-los para transmissão de novas metodologias no atendimento aos transportes escolares;
- i) Realizar os registros fotográficos dos veículos tipo escolares contratados para futuras verificações.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

23.1 Uma vez notificada de que este Município efetivará a contratação, o licitante vencedor deverá comparecer nos 05 (cinco) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a nota de empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Recebida a Nota de Empenho, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

- a) A(s) Empresa(s) contratada(s) além de disponibilizar o (s) veículo (s) de transporte(s) escolar (es) em perfeito estado de conservação, deverá(ão) constituir motorista(es) habilitado(s) para transporte do educando, CNH Carteira Nacional de Habilitação de no mínimo categoria D e curso SEST/SENAT para Transporte do Escolar;
- b) A(s) Empresa(s) deverá obedecer aos horários de chegada e saída dos educandos determinados pela SEMED;
- c) Não será (ão) permitida (s) a (s) participação (ões) de Empresa (s) sob a forma de consórcio;
- d) Serão desclassificadas as propostas dos proponentes que apresentarem preços manifestamente **excessivos ou inexequíveis**;
- e) Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

- f) Não serão admitidas sob quaisquer motivos, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos;
- g) Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto da licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte da licitante;
- h) O(s) veículo(s) deverá(ão) estar em boas condições de funcionamento, limpeza e segurança, cabendo à Empresa, o ressarcimento de danos pessoais ou materiais a alunos ou a terceiros, causados por qualquer tipo de incidente;
- i) Adequar os veículos a serem utilizados nos transportes escolares, sobretudo a exigência de possuir, na traseira e nas laterais da carroceria, e em toda a sua extensão, faixa horizontal amarela, pintada a meia altura, na qual se inscreverá o Dístico **ESCOLAR** em preto, sendo que, em caso de veículo com carroceria pintada na cor amarela, as cores indicadas deverão ser invertidas;
- j) A Contratada destinada aos transportes escolares deverá satisfazer os seguintes requisitos:
- I – Fica a contratada responsável pela **adequação dos veículos para atendimento aos portadores de necessidades especiais, nos termos da legislação vigente**, quando a situação assim o exigir;
 - II – Apresentar os seguintes documentos antes da **Assinatura do Contrato o CRV - Certificado de Registro de Veículo e CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo** em nome do Proprietário da Empresa ou da Empresa, devidamente regularizado junto ao Departamento de Trânsito Nacional DETRAN, para o ano em vigência, assim como os outros mencionados neste Termo de Referência;
 - III – A Contratada assumirá integralmente a responsabilidade por danos causados ao **Município** ou a **terceiros**, decorrentes da execução deste contrato, inclusive por acidentes, mortes, perda ou destruições parciais ou totais. O Município de Chupinguaia isentar-se-á de todas as reclamações que possam surgir referentes a este contrato, ainda que as mesmas sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de qualquer pessoa física ou jurídica em sua execução.
- k) Em **caso de paralisação (quebra) do veículo** a Empresa deverá informar imediatamente a SEMED e providenciar em no **máximo 02 (duas) horas** a substituição do mesmo por outro igualmente habilitado para que os alunos sejam devidamente transportados até o destino (escola ou residência);
- l) Em caso de impedimento do motorista, independentemente do motivo, a Empresa deverá realizar a substituição imediata do mesmo por outro igualmente habilitado, promovendo desta maneira o transporte dos alunos em tempo hábil;
- m) A Empresa contratada se obriga a manter todos os documentos pertinentes a motoristas, veículos e monitores atualizados para efeito de pagamentos;
- n) Toda e qualquer documentação que estiver desatualizada, fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a suspender os pagamentos até que as devidas regularizações sejam sanadas.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

o) A Secretaria Municipal de Educação, sempre que necessário, poderá exigir melhorias nos veículos de transportes escolares para o melhor atendimento a clientela educacional.

p) É expressamente proibido os transportes de caronas, com exceção dos pais ou responsáveis dos alunos, desde que solicitado pelas Instituições Educacionais e devidamente autorizado pela SEMED.

23.2 Caso o licitante vencedor, regularmente notificado, não compareça para retirar a nota de empenho, a Administração poderá convocar o licitante classificado em segundo lugar para, se quiser, apresentar a proposta pelo preço por ele cotado.

24 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº. 14.133/21, a **CONTRATADA** Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no instrumento contratual, salvo se ensejada por motivo de força maior ou caso fortuito, a **CONTRATANTE** poderá, garantir a prévia defesa, aplicar à futura **CONTRATADA**, as seguintes penalidades:

24.1.1. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** pelo prazo de até 02 (dois) anos;

24.1.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, do valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), devendo essa importância ser deduzida do valor a ser pago pela **CONTRATANTE**;

24.1.3. Advertência;

24.1.4. As sanções: “advertência ou suspensão” poderão ser aplicadas juntamente com o subitem 23.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.2. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

25 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

25.1. A LICITANTE deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo a Administração Pública, em qualquer hipótese, responsável pelos mesmos, independente do resultado da licitação;

25.2. A Administração, a qualquer tempo, antes da data da sessão inaugural, poderá proceder às alterações concernentes a esta licitação, por sua iniciativa, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas que tenham adquirido o instrumento convocatório, sendo-lhes facultado, em sendo o caso, adiar a data do recebimento das documentações e propostas;

25.3. As omissões porventura existentes neste instrumento convocatório, serão sanadas pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, da Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras – CPLMO, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos que se constituírem fontes de recursos financiadores;

25.4. A critério da Administração Pública esta licitação poderá:

25.4.1. **Ser anulada** se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

25.4.2. **Ser revogada**, a juízo da Administração, ser for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

25.5. Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação, o seguinte:

25.5.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único, do art. 71, Inciso III da Lei 14.133/21;

25.5.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do empenho, ressalvado o disposto na condição anterior; e;

25.5.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25.6. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do contrato como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o ofertado em lance verbal ou negociado;

25.7 É facultada ao Agente de Contratação/Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

25.8. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

25.9. As normas que disciplinam este PREGÃO ELETRÔNICO serão sempre interpretadas em favor da ampliação, da disputa entre interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

25.10. A declaração e a adjudicação da licitante vencedora desta licitação não implicará direito à contratação ou a obrigatoriedade de ser adquirido o objeto;

25.11. Para efeito de contratação, aquisição e pagamento prevalecerá, o menor preço escrito, todos devidamente registrados em Ata;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

25.12. Havendo conflito de interpretação entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem do Edital, e em seguida o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e por último os demais Anexos;

25.12.1. Em divergência em relação ao quantitativo, prevalecerá o contido no ANEXO III (CARTA PROPOSTA).

25.13. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

25.14. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3346-1460;

25.15. O resultado desta licitação será publicado no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br;

26 - ANEXOS

26.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I Termo de Referência.

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar e/ou Documento de Oficialização da Demanda.

ANEXO II Descrição Detalhada do Objeto

ANEXO III Carta Proposta de Preços (modelo).

ANEXO IV Dados do Representante Legal (modelo).

ANEXO V Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes (modelo).

ANEXO VI Declaração de cumprimento às normas relativas ao Trabalho do Menor.

ANEXO VII Declaração de Vinculo (modelo).

ANEXO VIII Minuta do Contrato.

27 – DO FORO

27.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vilhena/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chupinguaia – RO, 21 de janeiro de 2025

SINDOVAL GONÇALVES
Agente de Contratação/Pregoeiro

 <p>PODER EXECUTIVO PREFEITURA DE CHUPINGUAIA Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</p>	<p>PROC: 56/2025</p> <p>P. E. Nº.: 2/2025</p>
---	---

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO.

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade definir os elementos que norteiam o procedimento legal para a contratação de **Empresa (s) de prestação (ões) de serviços de Transportes Escolares (com motoristas e monitores)** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura de Chupinguaia, Estado de Rondônia, **COM FUNDAMENTAÇÃO LEGAL NA LEI FEDERAL, Lei nº 14.133/2021, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 E LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LEI Nº 4.426 DE 10 DE SETEMBRO DE 2018**, assim como outras pertinentes.

2. DO OBJETO.

2.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência trata-se, pela modalidade Pregão, na forma Eletrônica, à contratação de **Empresa (s) de prestação (ões) de serviços de Transportes Escolares (com motoristas e monitores)**, conforme planilha aos autos, de acordo com o calendário escolar e com as especificações constantes neste Termo de Referência, assegurando a locomoção dos alunos até suas unidades escolares conforme informado neste Termo de Referência.

Observação; **Ônibus Rural Escolar (ORE)**: veículo da categoria M3 (ônibus) conforme definida na norma ABNT NBR 13776 e suas atualizações (veículos rodoviários automotores, seus rebocados e combinados - classificação), projetado e construído para o transporte de estudantes nas zonas rurais, que tenham mais que 08 (oito) assentos, além do assento do condutor, e que contenham uma massa máxima (PBT) acima de 05 (cinco) toneladas, construído com características específicas para o transporte, das seguintes classificações: **ORE 1, ORE 1 (4x4), ORE 2 e ORE 3.** **INFORMATIVO [INFORMATIVO CADERNO TECNICO ONIBUS FNDE de 06/09/2021 \(ID 167994\)](#)**

2.2.DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO.

LOTE	DESCRIÇÃO DOS INTINERÁRIOS: TRAJETOS COM OS KMS DIÁRIOS, TURNOS DE ATENDIMENOS (VESPERTINO) E POR ESCOLAS.	NECESSIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS	KMS DIÁRIOS PERCORRIDOS	DIAS LETIVOS ANUAL	TOTAL DE KM	VALOR DO KM	VALOR TOTAL ANO
01	TRAJETO 28 - DO TURNO VESPERTINO: SAÍDA ÀS 11H00M DO FAZENDA	VEÍCULO TIPO ORE 2 ÔNIBUS PARA SUPORTAR NO MINIMO 37	SENDO 89% DOS KMS NÃO PAVIMENTADO	210	20.664	13,41	277.104,24
			98,40				
			TOTAL				277.104,24



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

	NOSSA SENHORA APARECIDA, LINHA 85, PASSANDO NA FAZENDA ÁGUA VERMELHA, LINHA DO VAL, ASSENTAMENTO N. SENHORA APARECIDA I, ENTRANDO NA FAZENDA RIACHO DOCÊ E SEGUINDO ATÉ A E. M. E. I. E. F. VALTER JOSÉ ZANELLA NO DISTRITO DE GUAPORÉ, AONDE CHEGA POR VOLTA DAS 12H50M. O RETORNO PARA CASA OCORRE ÀS 17H15M, PERCORRENDO O TRAJETO INVERSO.	ESTUDANTES SENTADOS					
02	TRAJETO 29 - DO TURNO VESPERTINO: SAÍDA ÀS 11H00M, DA FAZENDA NOVO HORIZONTE, PASSANDO PELA FAZENDA DO DOUTOR. FAZENDA SÃO JOSE. FAZENDA, FAZENDA CHIVAL BOA VISTA, KAPA 68, FAZENDA ÁGUAS FRIAS, KAPA 58, E SEGUINDO ATÉ AS E. M. E. I. E. F. ANA PAULA MARQUES E E. E. E.	VEÍCULO TIPO ORE 2 ÔNIBUS PARA SUPORTAR NO MINIMO 37 ESTUDANTES SENTADOS	SENDO 100% KMS NÃO PAVIMENTADO 118,60	210	24.906	12,15	302.607,90
			TOTAL				302.607,90




**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA**

Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

	F. M. FRANCISCA MARTENDAL NO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA, AONDE CHEGA POR VOLTA DAS 12H55M. O RETORNO PARA CASA OCORRE ÀS 17H15M, PERCORRENDO O TRAJETO INVERSO.						
03	TRAJETO 30 - DO TURNO VESPERTINO: SAÍDA ÀS 10H45M DO ÚLTIMO SÍTIO DO FINAL DA LINHA DO ADALTO, ENTRANDO NO SÍTIO DO ADALTO, PASSANDO NA LINHA 90, ENTRANDO NO SÍTIO DO PRETINHO RETORNANDO NA LINHA 90, FAZENDA BEM-TE-VI, VOLTANDO PELA LINHA 90 ENTRANDO SÍTIO DO APARECIDO SEGUINDO ATÉ O BOMBACHA AONDE CHEGA POR VOLTA DAS 11H30M, OS ALUNOS EMBARCAM NO ÔNIBUS QUE VEM DO DISTRITO DE CÓRGÃO PARA A SEDE DE CHUPINGUAIA. O	VEÍCULO TIPO ORE 1 ÔNIBUS/VAN/KOMBI PARA SUPORTAR NO MINIMO 15 ESTUDANTES SENTADOS	SENDO 100% KMS NÃO PAVIMENTADO 34,60	210	7.266	23,74	172.494,84
			TOTAL				172.494,84

 <p>PODER EXECUTIVO PREFEITURA DE CHUPINGUAIA Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</p>					PROC: 56/2025 P. E. Nº.: 2/2025	
RETORNO PARA CASA OCORRE ÀS 18H20M, COM A CHEGADA DOS ALUNOS DE CHUPINGUAIA, PERCORRENDO O TRAJETO INVERSO.						
VALOR TOTAL					R\$ 752.206,98	

3. JUSTIFICATIVA.

3.1. Observação; os Trajetos Mencionados na Planilha 2.2.DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, será licitado por Item conforme a mesma.

3.2. A Secretaria Municipal de Educação tem a obrigação de realizar os transportes escolares da Rede Municipal e do Governo Estadual conforme o PROGAMA IR E VIR, entre ambas as partes. Temos as seguintes escolas assim localizadas: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Valter José Zanella, (Distrito de Guaporé), Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ana Paula Marques, (Distrito de Boa Esperança), Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Irmãs Aline e Juliana dos Santos (Sede de Chupinguaia).

As Escolas que tem alunos vinculados ao Governo do Estado de Rondônia estão nas seguintes localidades: Escola Estadual Francisca Martendal no Distrito de Boa Esperança, com atendimento do 7º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio, Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Valter José Zanella, Distrito de Guaporé, 1º ao 3º ano do Ensino Médio, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Moacyr Caramello, localizada na Sede de Chupinguaia, com atendimento do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio, durante o período vespertino.

O artigo 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - **definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental**, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; [\(Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009\)](#)

VII - **assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.** [\(Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003 e Lei Nº 4.426 De 10 De Setembro De 2018\)](#)



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Os alunos da zona rural não têm outra alternativa para chegarem às escolas, desta forma a Secretaria Municipal de Educação em cumprimento às disposições legais tem por obrigação a realização de contratação de Empresa para realização de transportes escolares, justamente para garantir que os mesmos tenham acesso aos vários mecanismos de informação e assim terem seus direitos constitucionais garantidos.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - **assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)**

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

A Secretaria Municipal de Educação não dispõe de veículos de transportes para realização da demanda, sendo assim oportuno contratar Empresas para tal atendimento, também não podemos deixar de mencionar que a contratação de Empresas nos proporciona muitas garantias de todo o processo ao longo do ano a ser atendido de forma regular, algo já comprovado a muitos anos no Município de Chupinguaia.

Consta em anexo a este Processo, planilhas de valores realizadas, croquis dos trajetos escolares, lista de alunos, valores do Caderno Técnico de Transporte Escolar para o ano de 2025 (SUPEL).

Outro detalhe muito importante e deve ser mencionado é a presença de monitores de alunos que estarão presentes nos veículos dos transportes escolares da zona rural, justamente para garantir muito mais tranquilidade aos pais e comodidade aos educandos durante os trajetos escolares.

A Secretaria Municipal de Educação mantém equipe de pessoas que realizam constantes verificações ao longo do ano nas várias mudanças dos trajetos e até mesmo no sentido de alunos que passam a fazer parte dos quantitativos para mais ou para menos.

Não podemos deixar de mencionar que alguns trajetos escolares em que Kombi serão os transportes, não haverá monitores, justamente em detrimento de poucos lugares para passageiros e até porque trafegarão em locais de curto espaço e corredores que dão acesso aos ônibus dos transportes escolares.

A Secretaria Municipal de Educação não deixará de desprender recursos para atender de forma satisfatória os alunos da zona rural até as escolas mais próximas de suas residências.

3.4. DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO

3.5. Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Valter José Zanella Distrito de Guaporé;

3.6. Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ana Paula Marques Distrito de Boa Esperança;

3.7. Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisca Martendal Distrito de Boa Esperança



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

3.8. Escola Municipal de Ensino Fundamental Irmãs Juliana e Alini dos Santos Marcos Sede de Chupinguaia;

3.9. Escola Estadual e Ensino Fundamental e Médio Moacyr Caramello Sede de Chupinguaia;

4. DOS TRAJETOS DE TRANSPORTES ESCOLARES.

4.1.A (s) Empresa (s) contratada (s) deverá (ão) submeter os serviços de seu (s) veículo no (s) trajeto (s) abaixo discriminados, conforme requisição (ões) única emitida (s) pela Secretaria Municipal de Educação e de acordo com as quilometragens previstas para o ano.

4.2. DISTRITO DE GUAPORÉ.

4.3. TRAJETO 28 SAIDA SÍTIO DO VALDIR LINHA 85 - DISTRITO DE GUAPORÉ - SÍTIO DO VALDIR LINHA 85:

TRAJETO DO TURNO VESPERTINO: Saída às 11h00m da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, Linha 85, passando na Fazenda Água Vermelha, Sítio do Val, Assentamento N. Senhora Aparecida I, Entrando na Fazenda Riacho Doce e seguindo até a E. M. E. I. E. F. VALTER JOSÉ ZANELLA no distrito de Guaporé, aonde chega por volta das 12h50m. O retorno para casa ocorre às 17h15m, percorrendo o trajeto inverso.

DETALHES	
Quantidade de veículo	01
Tipo de veículo ORE 2	Ônibus
Lotação do veículo	37
Quantidade de alunos existentes	22
Saldo de bancos	17
Exigência de monitor?	Sim

4.5. DISTRITO DE BOA ESPERANÇA.

4.6. TRAJETO 29 - SAIDA DA FAZENDA NOVO HORIZONTE LH 85 DISTRITO DE BOA ESPERANÇA FAZENDA NOVO HORIZONTE LH 85.

TRAJETO DO TURNO VESPERTINO: Saída às 11h00m, da Fazenda Novo Horizonte, passando pela Fazenda do Doutor, Entrando no Travessão do Ruy Sítio da Luana. Fazenda São Jose. Fazenda Boa Vista, Kapa 68, Fazenda Águas Frias, Kapa 58 no Pai do Betinho Sítio Michely, e seguindo até as E. M. E. I. E. F. Ana Paula Marques e E. E. E. F. M. Francisca Martendal no Distrito de Boa Esperança, aonde chega por volta das 12h55m. O retorno para casa ocorre às 17h15m, percorrendo o trajeto inverso.

DETALHES	
Quantidade de veículo	01
Tipo de veículo ORE 2	Ônibus
Lotação do veículo	37
Quantidade de alunos existentes	26
Saldo de bancos	16
Exigência de monitor?	Sim

4.6. SEDE DE CHUPINGUAIA.

4.7. TRAJETO 30 SAIDA DO SÍTIO DO ADAILTON - COMUNIDADE DOS BAIANOS SÍTIO DO BOMBACHA SÍTIO DO ADAILTON.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

TRAJETO DO TURNO VESPERTINO: Saída às 10h45m Sítio Do Adailtom, entrando no Sítio do Adalto, passando na Linha 90, entrando no Sítio do Pretinho retornando na Linha 90, Fazenda Bentivi, voltando pela Linha 90 entrando Sítio do Aparecido seguindo até o Bombacha aonde chega por volta das 11h30m, os alunos embarcam no ônibus que vem do Distrito de Córção para a Sede de Chupinguaia. O retorno para casa ocorre às 18h20m, com a chegada dos alunos de Chupinguaia, percorrendo o trajeto inverso.

DETALHES	
Quantidade de veículo	01
Tipo de veículo ORE 1	Micro-ônibus
Lotação do veículo	15
Quantidade de alunos existentes	11
Saldo de bancos	4
Exigência de monitor?	Sim

4.8. Os trajetos escolares poderão **sofrer variações para mais ou para menos em suas quilometragens ao longo do ano**, justamente em detrimento da presença ou a ausência de alunos, sendo assim não podemos considerar como quantitativos fixos os croquis em anexo.

4.9. A lotação dos veículos aqui estabelecida poderá ser mais e nunca para menos.

5. DO VALOR.

5.1. Por se tratar de transporte escolar aonde a quilometragem a ser percorrida tende a variar de acordo com a entrada e a saída de alunos dos pontos previamente identificados, o preço será pago **por quilometro rodado (R\$/KM rodado)**;

5.2. Será (ão) considerada(s) vencedora(s) do certame a(s) Empresa(s) que oferecer(em) o menor preço por quilometro rodado, tomando por preço máximo os constantes na planilha do subitem 2.2 do presente Termo de Referência;

5.3. O valor médio do quilometro rodado foi calculado com base nas Portaria nº 19 de 29 de janeiro de 2024, atualiza a tabela de preços referenciais do Caderno Técnico de Transporte Escolar para o ano Letivo (SUPEL). [TABELA DE VALOR REFERENCIAL PREÇO POR TRAJETOS 2025 de 14/01/2025 \(ID 626549\)](#)

5.4. Lei N. 4.426, De 10 de dezembro De 2018. Art. 3º. I - os valores indicados pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, que deverá utilizar-se de parâmetros previamente definidos para a formação do valor médio do transporte, escolar para o Estado de Rondônia, levando-se em consideração as características idiossincráticas da região, o Caderno de Informações Técnicas para Ônibus Escolares do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a legislação nacional de transporte escolar, adaptada à realidade rondoniense;

6. DO REAJUSTE E REALINHAMENTO DE VALORES

6.1. O reajuste ocorrerá através de pedido da (s) empresa (s) mediante comprovação juntamente e documentação que comprovem o merecimento do reajuste conforme o valor inicial do quilômetro rodado no qual foi contratado, ou que encontra-se defasado, sempre fundamentado no contrato e nos serviços prestados com a Prefeitura de Chupinguaia, com fundamento na Lei Federal 14.133/21, artigo 92, inciso V;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

6.2. Será necessário a solicitação por escrito das Empresas vinculadas a Prefeitura de Chupinguaia, para realização do reajuste, cabendo o cumprimento dos preceitos contratuais pela Prefeitura de Chupinguaia;

6.3. A Secretaria Municipal de Educação terá a prerrogativa de realizar o realinhamento de valores dos trajetos contratados quando:

a) A Empresa contratada não tenha mais condições de manter a realização do serviço contratado por fatores comprovados;

b) Os Custos operacionais fixos forem superiores aos valores dos trajetos contratado, causando assim perdas financeiras a Empresa contratada;

7. DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS.

7.1. Os percursos deverão ser realizados obrigatoriamente com todos os passageiros sentados, para tanto o veículo deverá dispor de bancos suficientes para suprir as necessidades;

7.2. O percurso deverá ser realizado seguindo as quilometragens e locais previstos para o ano letivo (salvo se comprovada a inexistência do aluno);

7.3. Os horários de chegada e partida deverão ser rigorosamente obedecidos, salvo se comprovado caso fortuito com anuência do **Chefe de Transporte da SEMED**;

7.4. O motorista deverá zelar para que os alunos desçam nos locais indicados no contrato;

7.5. O motorista deverá comunicar à Secretaria Municipal de Educação e Unidade Escolar de imediato sobre qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

8.1. Correrão por conta da Contratada todas as despesas com o transporte, como: **motorista, monitores, combustível e manutenção em geral para o cumprimento do contrato, bem como tributos e outros encargos**;

8.2. Os serviços serão realizados em estrita observância a este instrumento e cláusulas contratuais;

8.3. A contratada responderá na forma da lei pelos serviços que por ventura venham apresentar qualquer irregularidade ou discordância à íntegra do objeto deste Termo de Referência;

8.4. Os pessoais empregados nos serviços ora contratados não terão qualquer vínculo empregatício com esta Prefeitura de Chupinguaia, portanto serão de total responsabilidade os encargos sociais para a Empresa contratada.

8.5. A execução dos serviços também compreenderá:

8.5.1. Operação de acordo com os melhores procedimentos técnicos, de veículos em bom estado de conservação e com a capacidade necessária de passageiros;

8.5.2. Execução e manutenção de aprimoramento dos processos de trabalho, visando à qualidade dos serviços de transporte prestado.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO.

9.1. O pagamento será efetuado **mensalmente**, mediante apresentação da **nota fiscal** e de acordo com o relatório de execução dos serviços realizados no período, após certificação da mesma pelo (a) **Secretário (a) Municipal de Educação** e da **Comissão de Recebimento dos Serviços**, acompanhada da respectiva planilha indicativa de quilômetros percorridos emitida pela SEMED, com base no calendário escolar do ano letivo.

10. DO PRAZO.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

10.1. O prazo para a execução dos serviços será de **12 (doze)+++++ meses** a partir da assinatura do contrato em atendimento **aos dias letivos previstos, podendo ser prorrogado ou aditivado caso haja interesse da Administração.**

10.2. A prestação dos serviços de transporte escolar dar-se-á durante o período letivo, implicando em **suspensão automática** a execução contratual no período de **férias e do recesso escolar**;

10.3. O espaço de tempo compreenderá atendimento aos **200 (duzentos) dias letivos** conforme previsto nas Legislações e mais o acréscimo de **10 (dez) dias para os exames finais** caso seja necessário, ou seja, perfazendo um total de **210 (duzentos e dez) dias**, respeitando assim os direitos dos educandos.

10.4. Os contratos poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, desde que o prazo não ultrapasse **24 (vinte e quatro) meses**, conforme artigo 107, da Lei Federal N.º 14.133/21.

11. DOS VEÍCULOS.

11.1. A contratada deverá **comprovar antes da assinatura do contrato** que o (s) veículo (s) possui (em) toda (s) a (s) documentação (ões) e equipamentos exigidos pelo CTB (Código de Trânsito Brasileiro);

11.2. A contratada sujeitar-se-á às vistorias regulares a serem procedidas pela SEMED, antes da assinatura do contrato, evidenciando se assim o cumprimento das exigências contidas neste Termo de Referência;

11.3. Caso a Empresa tenha que trocar algum veículo de transporte escolar durante a vigência do contrato, esta deverá informar via documento a Secretaria Municipal de Educação antecipadamente;

11.4. Todos os veículos serão objetos de frequentes vistorias pós-contrato, a ser realizado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação;

11.5. **Todas as documentações e outros itens** necessários a realização dos serviços de transportes dos educandos deverão estar em perfeitas condições e legalizados junto aos Órgãos responsáveis, sendo passível de penalização a Empresa que manter veículos irregulares durante o ano letivo;

11.6. Todos os veículos de transportes escolares deverão ter **cortina de tecido ou película nos vidros devidamente autorizada** em todas as janelas para melhor proteger os alunos.

12. DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

12.1. A contratação será realizada com a (s) Empresa (s) que atender a todos os requisitos exigidos e apresentar o menor preço por quilometro rodado para os serviços previstos neste Termo de Referência;

12.2. O presente contrato será executado **sob o regime de quilômetro rodado com aluno** e considerando a natureza da contratação, o pagamento será realizado por **(quilometro executado)**;

12.3. A contratação será efetuada em regime diário, sendo condicionada à disponibilidade do veículo no horário integral, sendo assim, antevendo imprevistos dos horários escolares.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) CONTRATADA(S).

13.1. A(s) Empresa(s) contratada(s) além de disponibilizar o (s) veículo (s) de transporte(s) escolar (es) em perfeito estado de conservação, deverá(ão) constituir motorista(es) habilitado(s) para transporte do educando, CNH Carteira Nacional de Habilitação de no mínimo categoria D e curso SEST/SENAT para Transporte do Escolar;

13.2. A(s) Empresa(s) deverá obedecer aos horários de chegada e saída dos educandos determinados pela SEMED;

13.3. Não será (ão) permitida (s) a (s) participação (ões) de Empresa (s) sob a forma de consórcio;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

13.4. Serão desclassificadas as propostas dos proponentes que apresentarem preços manifestamente **excessivos ou inexequíveis**;

13.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições;

13.6. Não serão admitidas sob quaisquer motivos, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos;

13.7. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto da licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte da licitante;

13.8. O(s) veículo(s) deverá(ão) estar em boas condições de funcionamento, limpeza e segurança, cabendo à Empresa, o ressarcimento de danos pessoais ou materiais a alunos ou a terceiros, causados por qualquer tipo de incidente;

13.9. Adequar os veículos a serem utilizados nos transportes escolares, sobretudo a exigência de possuir, na traseira e nas laterais da carroceria, e em toda a sua extensão, faixa horizontal amarela, pintada a meia altura, na qual se inscreverá o Dístico **ESCOLAR** em preto, sendo que, em caso de veículo com carroceria pintada na cor amarela, as cores indicadas deverão ser invertidas;

13.10. A Contratada destinada aos transportes escolares deverá satisfazer os seguintes requisitos;

13.10.1. Fica a contratada responsável pela **adequação dos veículos para atendimento aos portadores de necessidades especiais, nos termos da legislação vigente**, quando a situação assim o exigir;

13.10.2. Apresentar os seguintes documentos antes da **Assinatura do Contrato** o **CRV - Certificado de Registro de Veículo** e **CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo** em nome do Proprietário da Empresa ou da Empresa, devidamente regularizado junto ao Departamento de Trânsito Nacional DETRAN, para o ano em vigência, assim como os outros mencionados neste Termo de Referência;

13.10.3. A Contratada assumirá integralmente a responsabilidade por danos causados ao **Município** ou a **terceiros**, decorrentes da execução deste contrato, inclusive por acidentes, mortes, perda ou destruições parciais ou totais. O Município de Chupinguaia isentar-se-á de todas as reclamações que possam surgir referentes a este contrato, ainda que as mesmas sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de qualquer pessoa física ou jurídica em sua execução.

13.11. Em **caso de paralisação (quebra) do veículo** a Empresa deverá informar imediatamente a SEMED e providenciar em no **máximo 02 (duas) horas** a substituição do mesmo por outro igualmente habilitado para que os alunos sejam devidamente transportados até o destino (escola ou residência);

13.12. Em caso de impedimento do motorista, independentemente do motivo, a Empresa deverá realizar a substituição imediata do mesmo por outro igualmente habilitado, promovendo desta maneira o transporte dos alunos em tempo hábil;

13.13. A Empresa contratada se obriga a manter todos os documentos pertinentes a motoristas, veículos e monitores atualizados para efeito de pagamentos;

13.14. Toda e qualquer documentação que estiver desatualizada, fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a suspender os pagamentos até que as devidas regularizações sejam sanadas.

13.15. A Secretaria Municipal de Educação, sempre que necessário, poderá exigir melhorias nos veículos de transportes escolares para o melhor atendimento a clientela educacional.

13.16. É expressamente proibido os transportes de caronas, com exceção dos pais ou responsáveis dos alunos, desde que solicitado pelas Instituições Educacionais e devidamente autorizado pela SEMED;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

14. DOS MOTORISTAS DE VEICULOS DOS TRANSPORTES ESCOLARES.

14.1. Ter idade igual ou superior a **21(vinte e um) anos**;

14.2. Ser detentor de **Carteira Nacional de Habilitação**, de no mínimo categoria **D** de acordo com o CTB Código de Transporte Brasileiro, para desempenhar a função de motorista de transporte escolar;

14.3. A comprovação da documentação referida acima deverá se dar com a apresentação de cópias para a devida assinatura do contrato:

14.4. Registro Geral - Cédula de identidade;

14.5. CPF Cadastro de Pessoas Físicas;

14.6. Carteira Nacional de Habilitação de no mínimo categoria D, com prazo de validade legalizado;

14.7. Ter em campo específica da Carteira Nacional de Habilitação a expressão, **Exerce função remunerada**;

14.8. Certificado do curso de capacitação para Transporte Escolar do SEST/SENAT;

14.9. Comprovante de endereço;

14.10. Deverá ser apresentada a carteira de Trabalho do motorista devidamente registrada pela Empresa contratada.

14.11. Os condutores dos veículos de que tratam os artigos 135 e 136, para exercerem suas atividades, deverão apresentar, previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização.

15. DOS MONITORES DOS TRANSPORTES ESCOLARES.

15.1. Ter idade igual ou superior a **18(dezoito) anos** e apresentar cópia dos seguintes documentos;

15.2. Registro Geral - Cédula de identidade;

15.3. CPF Cadastro de Pessoas Físicas;

15.4. Comprovante de endereço;

15.5. Deverá ser apresentada a (s) carteira (s) de Trabalho do (s) monitor (es) de transporte escolar devidamente registrada pela Empresa contratada.

16. DA UNIFORMIZAÇÃO DOS MOTORISTAS E MONITORES DE TRANSPORTES ESCOLARES

16.1. A Empresa deverá apresentar todos os seus funcionários devidamente uniformizados e ter no mínimo as informações abaixo descritas nas vestimentas:

16.2. Nome da Empresa;

16.3. Telefone para contato;

16.4. CNPJ da Empresa;

16.5. Identificar no uniforme se é motorista de veículo ou monitor de transportes;

16.6. Prefeitura de Chupinguaia;

16.7. Secretaria Municipal de Educação;

16.8. As vestimentas mínimas serão calça e camisa ou calça e camiseta, sendo a escolha, critério da Empresa contratada;

16.9. As cores das vestimentas ficarão a critério da Empresa contratada.

16.10. A uniformização será para identificação dos profissionais junto aos Alunos, Sociedade, Administração Pública e outras Representações pertinentes ao caso.

17. OS VEICULOS DEVERÃO POSSUIR OS SEGUINTE DOCUMENTOS.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

17.1. Certificado de Registro do Veículo expedido pelo DETRAN/RO; em nome do Proprietário ou da Empresa contratada

17.2. Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo expedido pelo DETRAN/RO, apto para o exercício e em nome do Proprietário ou da Empresa contratada;

17.3. Laudo de Inspeção veicular expedida pelo DETRAN/RO;

17.3. Autorização de Transporte Escolar expedida pelo DETRAN/RO.

18. DA INSPEÇÃO DOS VEICULOS, DOCUMENTOS, MOTORISTAS E MONITORES.

18.1. A Secretaria Municipal de Educação realizará a composição de Comissão com representantes do Poder Executivo e de outros setores da sociedade civil, com finalidade específica e nomeados por Decreto Municipal, para a inspeção dos documentos, motoristas, monitores e veículos dos transportes escolares.

18.2. A Empresa deverá realizar a digitalização dos documentos em arquivos tipo PDF ou outros similares e entregar na Secretaria Municipal de Educação e CD, DVD ou Pen Drive, juntamente com cópias impressas;

18.3. A inspeção por esta Comissão instituída, terá a finalidade de analisar os veículos, documentos, motoristas e monitores, antes do início e durante as atividades dos transportes escolares, quando for conveniente para o bom atendimento dos educandos.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

19.1. Promover por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, quando da realização do objeto, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos, qualitativos e funcionais, anotando em registro as próprias falhas detectadas e comunicando à Empresa, as ocorrências de qualquer fato que a seu critério exijam medidas por parte daquela;

19.2. Efetuar o pagamento à Empresa, de acordo com a forma e prazos estabelecidos;

19.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto, quando solicitado pela licitante vencedora;

19.4. Rejeitar o objeto realizado equivocadamente ou em desacordo com as especificações mínimas exigidas neste ato convocatório;

19.5. Atestar as Notas Fiscais correspondentes por intermédio da unidade responsável por fiscalizar, ou por outro servidor designado para esse fim.

19.6. Realizar as medidas dos trajetos escolares de forma mensal, para que as notas fiscais possam ser emitidas pelas Empresas contratadas;

19.7. Fica a Secretaria Municipal de Educação impedida de realizar os pagamentos, quando comprovada a desatualização de documentos pertinentes aos motoristas, monitores e veículos voltados aos transportes escolares.

19.8. A Secretaria Municipal de educação deverá oferecer informações aos motoristas e monitores quanto ao atendimento da clientela e sempre que necessário reuni-los para transmissão de novas metodologias no atendimento aos transportes escolares;

19.9. Realizar os registros fotográficos dos veículos tipo escolares contratados para futuras verificações.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO.

20.1. Fica expressamente proibida a subcontratação de Empresas para realização dos transportes escolares no Município de Chupinguaia.

21. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES PÓS CONTRATO.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

21.1. A fiscalização dos serviços contínuos dos transportes escolares advindo (s)do (s) contrato (s) oriundo (s)deste Termo de Referência ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, que indicará Comissão de Fiscalização, nomeada por Decreto Municipal, e com no mínimo 02 (dois) servidores para tal finalidade, de preferência servidores detentores de cargos efetivos.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

22.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente Termo de Referência correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: Conforme orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado, bem como compatibilidade com o plano plurianual de ação governamental, com base na lei orçamentária anual e na lei de responsabilidade fiscal nº. 101/2000, que está secretaria municipal de educação possui disponibilidade orçamentária para cobrir as despesas.

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 020701 ATIVIDADES DO ENSINO BASICO

12.361.0022.2019.0000 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: MDE FUNDAMENTAL

VALOR: R\$ 345.942,17 (trezentos e quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 020703 ATIVIDADE DO ENSINO RECURSO VINCULADO.

12.361.0023.2033.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL IR E VIR

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

VALOR: R\$ 406.264,81 (quatrocentos e seis mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos)

23. DA PROIBIÇÃO.

23.1. É expressamente proibido os transportes de caroneiros, com exceção dos pais ou responsáveis dos alunos, desde que solicitado pelas Instituições Educacionais e devidamente autorizado pela SEMED;

23.2. Em hipótese alguma será permitido o transporte de qualquer tipo de objeto nos veículos de transportes escolares, a não ser os pertences educacionais dos alunos;

23.3. Caso ocorra tal procedimento sem a devida previsão legal prevista nos itens **23.1** e **23.2**, será a Empresa contratada punida com a rescisão contratual perante a Prefeitura de Chupinguaia;

23.4. Fica expressamente proibido, pneus, ferramentas ou outros objetos no interior dos veículos de transportes escolares, a não ser os pertences dos educandos;

23.5. Não poderá haver no interior do veículo nenhum tipo de espaço ou vão no assoalho que coloque em risco as crianças;

23.6. Quando haver no veículo mais que uma porta de acesso e ocorrer o uso de apenas uma, a outra deverá ser devidamente lacrada e vedada.

24. DO CONHECIMENTO DOS TRAJETOS DE TRANSPORTES ESCOLARES.

24.1. Será de obrigação da (s) Empresa (s) obter informações sobre os trajetos e localidades nos quais serão desempenhados os serviços de transporte escolar constantes deste Termo de Referência, junto a Secretaria Municipal de Educação com os responsáveis do Setor de Transportes Escolares.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

25. DOS VEÍCULOS TIPO KOMBI E VAN.

25.1. Não serão necessários monitores nos veículos tipo Kombi e Van, por serem veículos com poucos lugares para acomodação dos educandos;

25.2. Por serem estes veículos contratados com finalidades específicas para os locais de difícil acesso e trajetos de poucas quilometragens;

25.3. As kombis e as vans contratadas serão em sua maioria para os transportes dos educandos aos locais de passagens dos veículos tipo ônibus;

25.4. Por serem veículos que não possuem corredores e conter janelas de considerável segurança, além dos educandos ficar muito próximos dos motoristas dos veículos.

26. DO (S) VEÍCULO (S) RESERVA.

26.1. Toda e qualquer empresa que sagrar-se vencedora do certame deverá ter no mínimo 01 (um) ônibus reserva para cada 03 (três) trajetos escolares sob sua responsabilidade;

26.2 O veículo reserva deverá ficar na Sede de Chupinguaia para atendimento em no máximo 02 (duas) horas após a paralisação (quebra) por qualquer tipo de problema apresentado;

26.3 A permanência do veículo reserva na Sede de Chupinguaia se dá em virtude da localização em relação aos Distritos Municipais, Assentamentos e Fazendas;

26.4 O veículo reserva estando na Sede de Chupinguaia nos garantirá atendimento em qualquer localidade em menos de duas horas após a paralisação do veículo por quebra;

26.5. O veículo reserva é de extrema necessidade, pois o Município de Chupinguaia tem aproximadamente 98% de suas estradas não pavimentadas, de considerável desnivelamento geográfico;

26.6. Outro fator é a situação calamitosa que ficam as estradas nos períodos chuvosos, situação que contribui consideravelmente para os danos nos veículos de transportes, fato este que corrobora para a permanência dos veículos reserva na Sede de Chupinguaia.

27. DO ANO DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTES ESCOLARES

27.1. Os veículos de transportes dos educandos da zona rural deverão atender aos requisitos mínimos da Lei Municipal de LEI Nº 2.458 DE 27 DE AGOSTO DE 2021. quanto ao ano, ([ID 626408](#)).

28. DA APRESENTAÇÃO DOS VEÍCULOS, MOTORISTAS, MONITORES E DOCUMENTOS DE TRANSPORTES ESCOLARES

28.1. Todos os veículos, motoristas, monitores e documentos deverão ser apresentados na Secretaria Municipal de Educação, pós certame licitatório e estar em nome da Empresa ou do Proprietário.

28.2. O prazo para apresentação após a realização do certame licitatório será de até **20 (vinte) dias**, antes do início do ano letivo, caso isso não ocorra, será realizada a chamada da segunda colocada.

28.3. Devem ser anexados na frente do veículo o nome e número do trajeto com especificação do itinerário.

29. DO ACRESCIMO DE VEÍCULOS.

29.1. A Secretaria Municipal de Educação terá a responsabilidade de informar a Empresa vencedora sobre a necessidade de aumentar a quantidade de veículos nos trajetos escolares, quando ocorrer excesso de lotação de alunos;

29.2. O aumento da quantidade de veículos será para atender somente o trajeto contratado, podendo ser alterado somente em relação ao local de saída;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

29.3.O valor do quilômetro referente ao trajeto com aumento de veículo não poderá ser diferente do contratado para a devida localidade e endereço;

29.4.O veículo a ser acrescido deverá ter as mesmas características do veículo que se encontra realizando o trajeto.

29.5.Sendo que a nossa região tem uma grande área de assentamento alguns já regularizados e outros ainda encontra se áreas de invasão, sendo um deles (**Nossa Senhora aparecida, Estrela e entre ouros**), após a regularização deste assentamento juntos aos órgãos competentes, pois tendo alunos se faz necessário o aumento de veículos para atender esta necessidade, fica responsável para transporta estes alunos a empresa que estiver mais próxima da área dos assentados.

29.6.No caso do acréscimo de mais um veículo, ficara da seguinte forma exemplo; (**TRAJETO 01- A + Itinerário... E TRAJETO 01- B + Itinerário....**)

30. DAS PLANILHAS DE CUSTOS MÉDIOS.

30.1.A Secretaria Municipal de Educação com base legal e em pesquisas e com conformidade a Portaria nº 19 de 29 de janeiro de 2024, **atualiza a tabela de preços referenciais do Caderno Técnico de Transporte Escolar para o ano Letivo.**

O SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017; CONSIDERANDO art. 13, inciso VI, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023, que dispõe sobre a competência da Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços para criação de cadernos técnicos que objetivem o interesse público pertinente à composição dos preços públicos dos processos licitatórios; CONSIDERANDO a PORTARIA CONJUNTA Nº 10, DE 12 DE JANEIRO DE 2024, publicada no DOE n.º 10, p. 56, de 16 de janeiro de 2024 (id. 0045272152), que "Institui a Comissão Conjunta de Estudo e Elaboração do Caderno Técnico de Transporte Escolar do Estado de Rondônia, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia SUPEL/RO, em conjunto com a Secretária de Estado da Educação SEDUC/RO."

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar para publicação o id. Sei! anexado 0045521494, com atualização da tabela de preços referenciais do Caderno Técnico de Transporte Escolar para o ano de 2024.

Art. 2º Revogar a a Portaria nº 136 de 25 de setembro de 2023 (id. 0042242308), publicada no DOE n.º 185 (id 0042242308), pp. 36-37.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

30.2.1. Veículos tipo Kombi e Van que usam como combustível a gasolina comum e que não será necessário à presença de monitores nestes transportes escolares;

30.2.2. Veículos tipo Ônibus e Micro-ônibus que usam como combustível o óleo diesel e que será necessário à presença de monitores nos transportes escolares;

30.2.3. Veículos tipo Ônibus que usam como combustível o óleo diesel e que será necessário a presença de monitores nos transportes escolares.

31. DO PAGAMENTO.

31.1.Após a realização do objeto, da forma prevista neste **Termo de Referência** e concernente a esta aquisição, o processo será instruído com a respectiva **Nota Fiscal** devidamente certificada pelos setores competentes e os autos encaminhados a SEMFAZ para fins de pagamento;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

31.2.A **Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ** efetuará o pagamento em até **30 (trinta)** dias úteis após a entrega da Nota Fiscal;

31.3. Não será efetuado qualquer tipo de antecipação de pagamento antes da realização do objeto;

31.4. Não será efetuado o pagamento quando for constatado **qualquer tipo de problema**, para um ou mais trajetos sob a responsabilidade da contratada;

31.5. Por ocasião do pagamento, a SEMFAZ deverá observar se a contratada mantém todas as condições jurídicas que a habilitaram para o certame, ou seja, a comprovação de que se encontram quites junto ao **INSS, FGTS, CNDT e MUNICIPIO**;

31.5. Deverão constar em campo específico da Nota Fiscal os encargos sociais junto ao **INSS Instituto Nacional de Seguridade Social** referente à Empresa contratada.

32. DAS PENALIDADES

32.1 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas ao licitante serão as seguintes:

32.2. Advertência;

32.3. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

a) Ocorrências do tipo A: serviços não realizados;

b) Ocorrências do tipo B: serviços realizados de modo incorreto ou de qualidade insatisfatória;

c) Ocorrências do tipo C: não utilização de identificação pessoal e do veículo e/ou materiais de segurança durante a execução dos serviços;

d) Do tipo D: utilização inadequada dos materiais de segurança, identificações e veículo;

e) Do tipo E: deixar de cumprir quaisquer das obrigações dispostas em edital ou contrato;

32.4. Não serão admitidos atrasos sem a devida justificativa, sendo que, caso o início do serviço se der com mais de 15 (quinze) minutos de atraso e gerar mais de 30 (trinta) minutos de atraso para a chegada dos alunos na unidade escolar além do horário previsto, será considerado como serviço não realizado;

32.5. As justificativas de que trata o item anterior serão devidamente analisadas pela Gerência de Transporte Escolar, podendo, ou não, ser aceitas.

32.6. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório:

a) Multa de 10% (dez por cento) do valor total faturado no mês para cada ocorrência do tipo A;

b) Multa de 2 % (dois por cento) do valor total faturado no mês para cada ocorrência do tipo **B, C, D e E**;

c) Multa de 5% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial ou a execução parcial em desacordo com o presente Contrato;

d) Multa de 10% (vinte por cento) calculada sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do ajuste ou a execução total em desacordo com o presente Contrato;

32.7. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.

32.8. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste Termo.

32.9. Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério da CONTRATANTE.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

32.10. A licitante vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e neste Termo e das demais cominações legais.

32.11. As multas devidas bem como os prejuízos causados a secretaria não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

32.12. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

33. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

33.1. Todo e qualquer vínculo advindo deste **Termo de Referência** será regido por Leis: **Federal, Estadual e Municipal**, aprovadas antes e durante a vigência contratual.

34. DO RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

34.1. A Empresa vencedora do certame deverá apresentar 01 (um) pessoa a Secretaria Municipal de Educação, que ficará responsável pela assistência e manutenção dos veículos de transportes escolares, por procuração devidamente registrada em cartório.

35. DO PROCESSO DE LICITAÇÃO

35.1. É de vontade desta Secretaria Municipal de Educação que todos os trajetos sejam licitados de **forma individualizada, por lote**, para que ocorra a ampliação de participantes interessados;

35.2. Que seja realizada a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, para que haja uma abrangência maior de participantes interessados e com isso obtermos melhores vantagens para a Administração Pública.

35.3. Que seja considerado para obtenção de participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as prerrogativas constitucionais contantes da **Lei Complementar N.º 123, de 14 de dezembro de 2006**.

35.4. Será de obrigação da (s) Empresa (s) conhecer os trajetos e localidades nos quais pretenderem desempenhar os serviços de transporte escolar

35.5. Fica um critério para proponentes deste certame, somente poderão participar as empresas ativa no ramo do transporte escolar com sede ou filial nas cidades circunvizinhas (limites) no máximo 250 quilômetros do município de Chupinguaia ou na própria sede de Chupinguaia pois.

A) Primeiro, que já tem um conhecimento da realidade do município em questão de estradas, tempos, condições e valores.

B) Segundo, em caso de atendimento ou substituição do veículo, suporte técnico e manutenção, sendo que o atendimento terá mais rapidez, promovendo desta maneira o transporte dos alunos em tempo hábil.

36. DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL (FASE PRÉ ESCOLAR).

36.1. A Empresa vencedora do certame deverá ofertar cadeiras para auto (cadeirinhas) as crianças matriculadas na educação infantil quando estas fizerem uso dos veículos de transportes escolares.

37. DA DESISTÊNCIA DA EMPRESA CONTRATADA.

37.1. A Empresa contratada que resolver desistir da realização dos serviços de transportes escolares deverá formalizar sua carta de desistência com prazo de 60 (sessenta) dias de antecedência.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

37.2. A Empresa contratada deverá ter ciência que ao formalizar sua desistência, somente terá o seu vínculo contratual cessado ao final dos 60 (sessenta) dias solicitado.

37.3. Quando a Empresa contratada for detentora de vários trajetos escolares e quiser desistir de 01 (um), automaticamente abra mão dos demais trajetos e também terá o seu vínculo contratual cessado após os 60 (sessenta) dias solicitados.

38. DA DISPONIBILIZAÇÃO DAS PLANILHAS DOS QUANTITATIVOS DE QUILOMETROS.

38.1. A Secretaria Municipal de Educação é responsável e detentora da formalização das planilhas dos quilômetros percorridos;

38.2. A Secretária Municipal de Educação terá até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente para preenchimento das informações nas planilhas quantitativas de quilômetros percorridos;

38.3. Somente após o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente é que será enviada as planilhas as Empresas para as devidas emissões de notas fiscais.

39. INFORMAÇÕES GERAIS

39.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3346-1460 ou na CPLMO Comissão de Licitação, situado na Av. Valter Luiz Filuz nº 1133 Bairro Centro CEP: 76.990-000, Chupinguaia/RO, de segunda às sextas-feiras das 07h00min às 13h00min.

39.2 Este Termo de Referência busca conceituar o objeto e as especificidades da contratação com clareza, precisão e objetividade necessárias a subsidiar à Administração Geral, para fins de principiar o necessário processo de licitação visando atender demanda quanto à manutenção preventiva e corretiva de veículos e máquinas da frota institucional.

40. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

40.1. A Contratada deve observar, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) prática coercitiva: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

41. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

41.1 Este Termo de Referência encontra-se ainda fundamentado com os seguintes dispositivos:

a) Lei 14.133/2021;

b) Decreto Federal Nº 11.462/2023



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

- c) Resolução Nº 483/74 - CONTRAN (Ref. bancos, vidraças e outros);
- d) Lei nº 14.862/2024
- e) Lei nº 9.503/1997- estabelece o Código de Trânsito Brasileiro;
- f) Resolução 205/2006 CONTRAN - dispõe sobre os documentos de porte obrigatório; (**Alterada pela Resolução Contran nº 235 de 11/05/2007. Respeitados os prazos previstos nos artigos 3º e 4º. artigo 3º alterado pela Deliberação Contran nº 57/07 vide [LEI Nº 14.861, DE 27 DE MAIO DE 2024](#)**)
- g) Resolução CONTRAN nº 92/1999 - dispõe sobre requisitos técnicos mínimos do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, conforme o Código de Trânsito Brasileiro;
- h) Resolução CONTRAN nº 168/2004 - (republicada em 22.03.05) estabelece normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências;

42. DOS ID, ANEXOS, LEIS, DECRETOS E PLANILHAS QUE FAZEM PARTE DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

- 42.1. [Lei Nº 2.396 de 14/01/2025 \(ID 626407\)](#)
- 42.2. [Lei Nº 2.458 de 14/01/2025 \(ID 626408\)](#)
- 42.3. [Lei Nº 4.426 de 14/01/2025 \(ID 626409\)](#)
- 42.4. [Decreto Nº 10 Secretária de Educação de 14/01/2025 \(ID 626405\)](#)
- 42.5. [Decreto Nº 89 Fiscal Contrato de 14/01/2025 \(ID 626406\)](#)
- 42.6. [Portaria Nº 3.382 de 14/01/2025 \(ID 626410\)](#)
- 42.7. [INFORMATIVO CADERNO TECNICO ONIBUS FNDE de 06/09/2021 \(ID 167994\)](#)
- 42.8. [TABELA DE VALOR REFERENCIAL PREÇO POR TRAJETOS 2025 de 14/01/2025 \(ID 626549\)](#)
- 42.9. [Portaria Tabela de Preços Referenciais de 15/01/2025 \(ID 626602\)](#)
- 42.10. [TRAJETO 28 de 15/01/2025 \(ID 626555\)](#)
- 42.11. [TRAJETO 29 de 15/01/2025 \(ID 626556\)](#)
- 42.12. [TRAJETO 30 de 15/01/2025 \(ID 626557\)](#)
- 42.13. [Calendario Escolar 2025 de 15/01/2025 \(ID 626577\)](#)

43. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

43.1. Os serviços de transporte escolares terceirizados serão realizados de acordo com o presente Termo de Referência e só poderão sofrer alteração contratual desde que verificado a legalidade e os autos encaminhados a Secretária Municipal de Educação e com a devida autorização da Prefeita Municipal.

Chupinguaia RO, 14 de Janeiro de 2025.

Apêndice do Anexo I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(ID-626764)

 <p style="text-align: center;">PODER EXECUTIVO PREFEITURA DE CHUPINGUAIA Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</p>	<p>PROC: 56/2025</p> <p>P. E. Nº.: 2/2025</p>
---	---

ANEXO II

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

PREGÃO ELETRONICO Nº 2/2025.
PROCESSO Nº. 56/2025.

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de Transportes Escolares (com motoristas e monitores), de acordo com o calendário escolar e com as especificações constantes no Termo de Referência, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, assim como segue:

Valor Total R\$: 752.206,98 setecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e seis reais e noventa e oito centavos

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	<p>TRAJETO 28 - DO TURNO VESPERTINO:</p> <p>SAÍDA ÀS 11H00M DO FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA, LINHA 85, PASSANDO NA FAZENDA ÁGUA VERMELHA, LINHA DO VAL, ASSENTAMENTO N. SENHORA APARECIDA I, ENTRANDO NA FAZENDA RIACHO DOCÊ E SEGUINDO ATÉ A E. M. E. I. E. F. VALTER JOSÉ ZANELLA NO DISTRITO DE GUAPORÉ, AONDE CHEGA POR VOLTA DAS 12H50M. O RETORNO PARA CASA OCORRE ÀS 17H15M, PERCORRENDO O TRAJETO INVERSO.</p>	20664	SERV		13,41	277.104,24
2	<p>TRAJETO 29 - DO TURNO VESPERTINO:</p> <p>SAÍDA ÀS 11H00M, DA FAZENDA NOVO HORIZONTE, PASSANDO PELA FAZENDA DO DOUTOR. FAZENDA SÃO JOSE. FAZENDA, FAZENDA CHIVAL BOA VISTA, KAPA 68, FAZENDA ÁGUAS FRIAS, KAPA 58, E SEGUINDO ATÉ AS</p>	24906	SERV		12,15	302.607,90

 <p>PODER EXECUTIVO PREFEITURA DE CHUPINGUAIA Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</p>					PROC: 56/2025 P. E. Nº.: 2/2025	
	E. M. E. I. E. F. ANA PAULA MARQUES E E. E. E. F. M. FRANCISCA MARTENDAL NO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA, AONDE CHEGA POR VOLTA DAS 12H55M. O RETORNO PARA CASA OCORRE ÀS 17H15M, PERCORRENDO O TRAJETO INVERSO.					
3	TRAJETO 30 - DO TURNO VESPERTINO: SAÍDA ÀS 10H45M DO ÚLTIMO SÍTIO DO FINAL DA LINHA DO ADALTO, ENTRANDO NO SÍTIO DO ADALTO, PASSANDO NA LINHA 90, ENTRANDO NO SÍTIO DO PRETINHO RETORNANDO NA LINHA 90, FAZENDA BEM-TE-VI, VOLTANDO PELA LINHA 90 ENTRANDO SÍTIO DO APARECIDO SEGUINDO ATÉ O BOMBACHA AONDE CHEGA POR VOLTA DAS 11H30M, OS ALUNOS EMBARCAM NO ÔNIBUS QUE VEM DO DISTRITO DE CÓRGÃO PARA A SEDE DE CHUPINGUAIA. O RETORNO PARA CASA OCORRE ÀS 18H20M, COM A CHEGADA DOS ALUNOS DE CHUPINGUAIA, PERCORRENDO O TRAJETO INVERSO	7266	SERV		23,74	172.494,84

Prazo de validade da proposta (60) sessenta dias.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de Tributação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme estabelece o Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006.

[Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)].

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

 <p style="text-align: center;"> PODER EXECUTIVO PREFEITURA DE CHUPINGUAIA Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO </p>	<p>PROC: 56/2025</p> <p>P. E. Nº.: 2/2025</p>
---	---

ANEXO III

CARTA PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

À Prefeitura de Chupinguaia – RO:

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2025** – Comissão de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do item abaixo discriminado, conforme Anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a Contratação de Empresa para prestação de serviços de Transportes Escolares (com motoristas e monitores), de acordo com o calendário escolar e com as especificações constantes no Termo de Referência, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:
 - RAZÃO SOCIAL:
 - CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 - REPRESENTANTE E CARGO:
 - CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
 - ENDEREÇO e TELEFONE:
 - E-MAIL:
 - AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total, de acordo com o **Anexo 01** do Edital.
A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

 <p>PODER EXECUTIVO PREFEITURA DE CHUPINGUAIA Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</p>	<p>PROC: 56/2025</p> <p>P. E. Nº.: 2/2025</p>
---	---

ANEXO IV

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (MODELO)

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2025.

A apresenta, a seguir, os dados da empresa (Nome completo da empresa) seu (s) representante (s) legal (is) para assinatura do eventual contrato:

NOME(S):

CARGO(S):

NACIONALIDADE(S):

ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO:

RG:

CIC:

RESIDÊNCIA (Domicílio):

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa para efeito do eventual CONTRATO:

RAZÃO SOCIAL:

C.G.C. Nº.:

FONE:

FAX:

ENDEREÇO COMERCIAL:

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Rua/Av.:

N.º:

E-mail:

Município:

Estado:

CEP.:

Conta Corrente:

Cód. Agência:

Banco:

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Cidade de Origem, ____ de _____ de 2025.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)

- Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;**
Obs. 2: Apresentar este documento em papel timbrado da Empresa Licitante;
Obs. 3: A ausência deste documento não implica em desclassificação.

 PODER EXECUTIVO PREFEITURA DE CHUPINGUAIA Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO	PROC: 56/2025 P. E. Nº.: 2/2025
---	--

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2025.

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CGC nº _____, sediada na _____ (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Número da RG do Representante Legal da Licitante

- Obs. 1:** Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;
Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS AO TRABALHO
DO MENOR**

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2025.

A empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

OBSERVAÇÃO: Se a licitante possuir menores de 16 anos aprendizes deverá declarar essa condição. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante ou que tenha o carimbo do CNPJ.

.....
(data)

.....
(representante legal)

- Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;**
Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”

 <p>PODER EXECUTIVO PREFEITURA DE CHUPINGUAIA Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO</p>	<p>PROC: 56/2025</p> <p>P. E. Nº.: 2/2025</p>
---	---

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2025.

Eu, _____, portador (a)
do RG nº _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____,
_____, representante da
empresa: _____, CNPJ sob o
nº. _____, Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários junto
às autoridades e órgãos competentes que não possuo vínculo empregatício, e nem tenho sócios,
sócio-administrador, cotistas, acionista ou comanditário no quadro desta empresa que tenham
vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Cidade de Origem, __ de _____ de 2025.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)

- Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;**
Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”

 <p style="text-align: center;"> PODER EXECUTIVO PREFEITURA DE CHUPINGUAIA Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO </p>	<p>PROC: 56/2025</p> <p>P. E. Nº.: 2/2025</p>
---	---

OBS.: Este anexo serve apenas como modelo, será atualizado com as especificidades deste pregão na ocasião da contratação.

ANEXO VIII

MINUTA CONTRATO ____/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2025.

MINUTA DO CONTRATO

EMENTA: CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES (COM MOTORISTAS E MONITORES), DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR E COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE CHUPINGUAIA E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA - ESTADO DE RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 01.587.887/0001-29, com sede Administrativa na Prefeitura, localizada na Avenida Valter Luiz Filus, nº 1133, Centro, nesta cidade, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, portadora do CPF nº. 023.856.642-08, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede a _____, em _____, estado de _____, doravante denominada de **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Srº. _____, portador do CPF nº _____ e RG Nº _____, resolvem celebrar o presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, inciso I).

O presente contrato tem por objeto a contratação de Empresa para prestação de serviços de Transportes Escolares (com motoristas e monitores), de acordo com o calendário escolar e com as especificações constantes no Termo de Referência, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 92, inciso III).



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

O respaldo jurídico do presente Contrato encontra-se consubstanciado na Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 36 de 06 de janeiro de 2025, e Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

§ 1º - Os casos omissos, que por ventura, vierem a existir serão comunicados ao Excelentíssimo Sr. Prefeito, que o encaminhará à Assessoria Jurídica do Município para se pronunciar, devendo ser resolvido nos moldes da legislação vigente e que não contrariem o interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO (art. 92, inciso IV).

O regime de execução do presente Contrato será de Fornecimento Indireta por menor preço por item, com cumprimento do objeto deste Contrato, onde a empresa vencedora deverá efetuar a entrega da seguinte forma:

01 – DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS.

- a) Os percursos deverão ser realizados obrigatoriamente com todos os passageiros sentados, para tanto o veículo deverá dispor de bancos suficientes para suprir as necessidades;
- b) O percurso deverá ser realizado seguindo as quilometragens e locais previstos para o ano letivo (salvo se comprovada a inexistência do aluno);
- c) Os horários de chegada e partida deverão ser rigorosamente obedecidos, salvo se comprovado caso fortuito com anuência do **Chefe de Transporte da SEMED**;
- d) O motorista deverá zelar para que os alunos desçam nos locais indicados no contrato;
- e) O motorista deverá comunicar à Secretaria Municipal de Educação e Unidade Escolar de imediato sobre qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

02 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

- a) Correrão por conta da Contratada todas as despesas com o transporte, como: **motorista, monitores, combustível e manutenção em geral para o cumprimento do contrato, bem como tributos e outros encargos**;
- b) Os serviços serão realizados em estrita observância a este instrumento e cláusulas contratuais;
- c) A contratada responderá na forma da lei pelos serviços que por ventura venham apresentar qualquer irregularidade ou discordância à íntegra do objeto deste Termo de Referência;
- d) Os pessoais empregados nos serviços ora contratados não terão qualquer vínculo empregatício com esta Prefeitura de Chupinguaia, portanto serão de total responsabilidade os encargos sociais para a Empresa contratada.
- e) A execução dos serviços também compreenderá:
 - I – Operação de acordo com os melhores procedimentos técnicos, de veículos em bom estado de conservação e com a capacidade necessária de passageiros;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

II – Execução e manutenção de aprimoramento dos processos de trabalho, visando à qualidade dos serviços de transporte prestado.

03 – DOS VEÍCULOS.

- a) A contratada deverá **comprovar antes da assinatura do contrato** que o (s) veículo (s) possui (em) toda (s) a (s) documentação (ões) e equipamentos exigidos pelo CTB (Código de Trânsito Brasileiro);
- b) A contratada sujeitar-se-á às vistorias regulares a serem procedidas pela SEMED, antes da assinatura do contrato, evidenciando se assim o cumprimento das exigências contidas neste Termo de Referência;
- c) Caso a Empresa tenha que trocar algum veículo de transporte escolar durante a vigência do contrato, esta deverá informar via documento a Secretaria Municipal de Educação antecipadamente;
- d) Todos os veículos serão objetos de frequentes vistorias pós-contrato, a ser realizado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação;
- e) **Todas as documentações e outros itens** necessários a realização dos serviços de transportes dos educandos deverão estar em perfeitas condições e legalizados junto aos Órgãos responsáveis, sendo passível de penalização a Empresa que manter veículos irregulares durante o ano letivo;
- f) Todos os veículos de transportes escolares deverão ter **cortina de tecido ou película nos vidros devidamente autorizada** em todas as janelas para melhor proteger os alunos.

04 – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

- a) A contratação será realizada com a (s) Empresa (s) que atender a todos os requisitos exigidos e apresentar o menor preço por quilometro rodado para os serviços previstos neste Termo de Referência;
- b) O presente contrato será executado **sob o regime de quilômetro rodado com aluno** e considerando a natureza da contratação, o pagamento será realizado por **(quilometro executado)**;
- c) A contratação será efetuada em regime diário, sendo condicionada à disponibilidade do veículo no horário integral, sendo assim, antevendo imprevistos dos horários escolares.

05 – DOS MOTORISTAS DE VEICULOS DOS TRANSPORTES ESCOLARES.

- a) Ter idade igual ou superior a **21(vinte e um) anos**;
- b) Ser detentor de **Carteira Nacional de Habilitação**, de no mínimo categoria **D** de acordo com o CTB Código de Transporte Brasileiro, para desempenhar a função de motorista de transporte escolar;
- c) A comprovação da documentação referida acima deverá se dar com a apresentação de cópias para a devida assinatura do contrato;
- d) Registro Geral - Cédula de identidade;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

- e) CPF Cadastro de Pessoas Físicas;
- f) Carteira Nacional de Habilitação de no mínimo categoria D, com prazo de validade legalizado;
- g) Ter em campo específica da Carteira Nacional de Habilitação a expressão, **Exerce função remunerada**;
- h) Certificado do curso de capacitação para Transporte Escolar do SEST/SENAT;
- i) Comprovante de endereço;
- j) **Deverá ser apresentada a carteira de Trabalho do motorista devidamente registrada pela Empresa contratada.**
- k) Os condutores dos veículos de que tratam os artigos 135 e 136, para exercerem suas atividades, deverão apresentar, previamente, **certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores**, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização.

06 – DOS MONITORES DOS TRANSPORTES ESCOLARES.

- a) Ter idade igual ou superior a **18(dezoito) anos** e apresentar cópia dos seguintes documentos;
- b) Registro Geral - Cédula de identidade;
- c) CPF Cadastro de Pessoas Físicas;
- d) Comprovante de endereço;
- e) **Deverá ser apresentada a (s) carteira (s) de Trabalho do (s) monitor (es) de transporte escolar devidamente registrada pela Empresa contratada.**

07 – DA UNIFORMIZAÇÃO DOS MOTORISTAS E MONITORES DE TRANSPORTES ESCOLARES

- a) A Empresa deverá apresentar todos os seus funcionários devidamente uniformizados e ter no mínimo as informações abaixo descritas nas vestimentas:
- b) Nome da Empresa;
- c) Telefone para contato;
- d) CNPJ da Empresa;
- e) Identificar no uniforme se é **motorista** de veículo ou **monitor** de transportes;
- f) Prefeitura de Chupinguaia;
- g) Secretaria Municipal de Educação;
- h) As vestimentas mínimas serão **calça e camisa ou calça e camiseta**, sendo a escolha, critério da Empresa contratada;
- i) As cores das vestimentas ficarão a critério da Empresa contratada.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

j) A uniformização será para identificação dos profissionais junto aos Alunos, Sociedade, Administração Pública e outras Representações pertinentes ao caso.

08 – OS VEICULOS DEVERÃO POSSUIR OS SEGUINTE DOCUMENTOS.

- a) Certificado de Registro do Veículo expedido pelo DETRAN/RO; em nome do Proprietário ou da Empresa contratada
- b) Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo expedido pelo DETRAN/RO, apto para o exercício e em nome do Proprietário ou da Empresa contratada;
- c) Laudo de Inspeção veicular expedida pelo DETRAN/RO;
- d) Autorização de Transporte Escolar expedida pelo DETRAN/RO.

09 – DA INSPEÇÃO DOS VEICULOS, DOCUMENTOS, MOTORISTAS E MONITORES.

- a) A Secretaria Municipal de Educação realizará a composição de Comissão com representantes do Poder Executivo e de outros setores da sociedade civil, com finalidade específica e nomeados por Decreto Municipal, para a inspeção dos documentos, motoristas, monitores e veículos dos transportes escolares.
- b) A Empresa deverá realizar a digitalização dos documentos em arquivos tipo PDF ou outros similares e entregar na Secretaria Municipal de Educação e CD, DVD ou Pen Drive, juntamente com cópias impressas;
- c) A inspeção por esta Comissão instituída, terá a finalidade de analisar os veículos, documentos, motoristas e monitores, antes do início e durante as atividades dos transportes escolares, quando for conveniente para o bom atendimento dos educandos.

10 – DA SUBCONTRATAÇÃO.

Fica expressamente proibida a subcontratação de Empresas para realização dos transportes escolares no Município de Chupinguaia.

11 – DA SUBCONTRATAÇÃO.

Fica expressamente proibida a subcontratação de Empresas para realização dos transportes escolares no Município de Chupinguaia.

12 – DA PROIBIÇÃO.

- a) É expressamente proibido os **transportes de caroneiros**, com exceção dos pais ou responsáveis dos alunos, desde que solicitado pelas Instituições Educacionais e devidamente autorizado pela SEMED;
- b) Em hipótese alguma será permitido o **transporte de qualquer tipo de objeto** nos veículos de transportes escolares, a não ser os pertences educacionais dos alunos;
- c) Caso ocorra tal procedimento sem a devida previsão legal prevista nos itens **23.1 e 23.2**, será a Empresa contratada punida com a rescisão contratual perante a Prefeitura de Chupinguaia;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

- d) Fica expressamente proibido, pneus, ferramentas ou outros objetos no interior dos veículos de transportes escolares, a não ser os pertences dos educandos;
- e) Não poderá haver no interior do veículo nenhum tipo de espaço ou vão no assoalho que coloque em risco as crianças;
- f) Quando haver no veículo mais que uma porta de acesso e ocorrer o uso de apenas uma, a outra deverá ser devidamente lacrada e vedada.

13 – DO CONHECIMENTO DOS TRAJETOS DE TRANSPORTES ESCOLARES.

Será de obrigação da (s) Empresa (s) obter informações sobre os trajetos e localidades nos quais serão desempenhados os serviços de transporte escolar constantes deste Termo de Referência, junto a Secretaria Municipal de Educação com os responsáveis do Setor de Transportes Escolares.

14 – DOS VEICULOS TIPO KOMBI E VAN.

- a) Não serão necessários monitores nos veículos tipo Kombi e Van, por serem veículos com poucos lugares para acomodação dos educandos;
- b) Por serem estes veículos contratados com finalidades específicas para os locais de difícil acesso e trajetos de poucas quilometragens;
- c) As kombis e as vans contratadas serão em sua maioria para os transportes dos educandos aos locais de passagens dos veículos tipo ônibus;
- d) Por serem veículos que não possuem corredores e conter janelas de considerável segurança, além dos educandos ficar muito próximos dos motoristas dos veículos.

15 – DO (S) VEÍCULO (S) RESERVA.

- a) Toda e qualquer empresa que sagrar-se vencedora do certame deverá ter no mínimo 01 (um) ônibus reserva para cada 03 (três) trajetos escolares sob sua responsabilidade;
- b) O veículo reserva deverá ficar na Sede de Chupinguaia para atendimento em no máximo 02 (duas) horas após a paralisação (quebra) por qualquer tipo de problema apresentado;
- c) A permanência do veículo reserva na Sede de Chupinguaia se dá em virtude da localização em relação aos Distritos Municipais, Assentamentos e Fazendas;
- d) O veículo reserva estando na Sede de Chupinguaia nos garantirá atendimento em qualquer localidade em menos de duas horas após a paralisação do veículo por quebra;
- e) O veículo reserva é de extrema necessidade, pois o Município de Chupinguaia tem aproximadamente 98% de suas estradas não pavimentadas, de considerável desnivelamento geográfico;
- f) Outro fator é a situação calamitosa que ficam as estradas nos períodos chuvosos, situação que contribui consideravelmente para os danos nos veículos de transportes, fato este que corrobora para a permanência dos veículos reserva na Sede de Chupinguaia.

16 – DO ANO DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTES ESCOLARES



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

Os veículos de transportes dos educandos da zona rural deverão atender aos requisitos mínimos da Lei Municipal de LEI Nº 2.458 DE 27 DE AGOSTO DE 2021. quanto ao ano, ([ID 626408](#)).

17 – DA APRESENTAÇÃO DOS VEÍCULOS, MOTORISTAS, MONITORES E DOCUMENTOS DE TRANSPORTES ESCOLARES

- a) Todos os veículos, motoristas, monitores e documentos deverão ser apresentados na **Secretaria Municipal de Educação**, pós certame licitatório e estar em nome da Empresa ou do Proprietário.
- b) O prazo para apresentação **após a realização do certame licitatório** será de até **20 (vinte) dias**, antes do início do ano letivo, caso isso não ocorra, será realizada a chamada da segunda colocada.
- c) Devem ser anexados na frente do veículo o nome e número do trajeto com especificação do itinerário.

18 – DO ACRESCIMO DE VEÍCULOS.

- a) A Secretaria Municipal de Educação terá a responsabilidade de informar a Empresa vencedora sobre a necessidade de aumentar a quantidade de veículos nos trajetos escolares, quando ocorrer excesso de lotação de alunos;
- b) O aumento da quantidade de veículos será para atender somente o trajeto contratado, podendo ser alterado somente em relação ao local de saída;
- c) O valor do quilômetro referente ao trajeto com aumento de veículo não poderá ser diferente do contratado para a devida localidade e endereço;
- d) O veículo a ser acrescido deverá ter as mesmas características do veículo que se encontra realizando o trajeto.
- e) Sendo que a nossa região tem uma grande área de assentamento alguns já regularizados e outros ainda encontra se áreas de invasão, sendo um deles **(Nossa Senhora aparecida, Estrela e entre ouros)**, após a regularização deste assentamento juntos aos órgãos competentes, pois tendo alunos se faz necessário o aumento de veículos para atender esta necessidade, fica responsável para transporta estes alunos a empresa que estiver mais próxima da área dos assentados.
- f) No caso do acréscimo de mais um veículo, ficara da seguinte forma exemplo; **(TRAJETO 01- A + Itinerário... E TRAJETO 01- B + Itinerário....)**.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E REAJUSTAMENTO (art. 92, inciso V).

A Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ _____ (_____), para a prestação dos serviços previstos na cláusula primeira.

§ 1º Prefeitura, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da entrega do objeto deste contrato, este não estiver de acordo exigências da Cláusula Primeira.

§ 2º. O pagamento será feito pela Prefeitura de Chupinguaia - RO, em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal, mediante depósito bancário em



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

conta corrente indicada pela contratada, deverá, ainda, como condição de pagamento, apresentar comprovação de situação regular perante as certidões de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certidão de Regularidade do FGTS.

§ 3º. O desembolso máximo será o valor apresentado na proposta da empresa e será feito de acordo com a disponibilidade dos recursos financeiros; observado o § 2º desta cláusula.

§ 4º. Como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento da parcela, até a data do efetivo pagamento, admitir-se-á a atualização se decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso, e será utilizado o IGP-DI (FGV), ou outro índice que venha a substituí-lo, calculado pró-rata dia.

§ 5º. Não será efetuado qualquer tipo adiantamento ou antecipações de pagamentos para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato.

§ 6º. Os preços propostos são irrevogáveis, por força da Lei 9.069, de 29.06.95.

§ 7º. Nos preços propostos, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando alheia econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

§ 8º. As penalizações por atraso no pagamento consistirão apenas na atualização financeira prevista no § 4º desta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA (art. 92, inciso VII)

a) O prazo para a execução dos serviços será de **12 (doze) meses** a partir da assinatura do contrato em atendimento **aos dias letivos previstos, podendo ser prorrogado ou aditivado caso haja interesse da Administração.**

b) A prestação dos serviços de transporte escolar dar-se-á durante o período letivo, implicando em **suspensão automática** a execução contratual no período de **férias e do recesso escolar**;

c) O espaço de tempo compreenderá atendimento aos **200 (duzentos) dias letivos** conforme previsto nas Legislações e mais o acréscimo de **10 (dez) dias para os exames finais** caso seja necessário, ou seja, perfazendo um total de **210 (duzentos e dez) dias**, respeitando assim os direitos dos educandos.

d) Os contratos poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, desde que o prazo não ultrapasse **24 (vinte e quatro) meses**, conforme artigo 107, da Lei Federal N.º 14.133/21.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

§ 1º. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do Artigo 111, da lei 14.133/21. O contrato vigorará conforme termo de referência, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a lei 14.133/21 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, inciso VIII)

A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 020701 ATIVIDADES DO ENSINO BASICO

12.361.0022.2019.0000 - MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: MDE FUNDAMENTAL

VALOR: R\$ 345.942,17 (trezentos e quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 020703 ATIVIDADE DO ENSINO RECURSO VINCULADO.

12.361.0023.2033.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL IR E VIR

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

VALOR: R\$ 406.264,81 (quatrocentos e seis mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 92, inciso XIV).

A Contratante se obriga a:

- a) Promover por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, quando da realização do objeto, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos, qualitativos e funcionais, anotando em registro as próprias falhas detectadas e comunicando à Empresa, as ocorrências de qualquer fato que a seu critério exijam medidas por parte daquela;
- b) Efetuar o pagamento à Empresa, de acordo com a forma e prazos estabelecidos;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto, quando solicitado pela licitante vencedora;
- d) Rejeitar o objeto realizado equivocadamente ou em desacordo com as especificações mínimas exigidas neste ato convocatório;
- e) Atestar as Notas Fiscais correspondentes por intermédio da unidade responsável por fiscalizar, ou por outro servidor designado para esse fim.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

- f) Realizar as medidas dos trajetos escolares de forma mensal, para que as notas fiscais possam ser emitidas pelas Empresas contratadas;
- g) Fica a Secretaria Municipal de Educação impedida de realizar os pagamentos, quando comprovada a desatualização de documentos pertinentes aos motoristas, monitores e veículos voltados aos transportes escolares.
- h) A Secretaria Municipal de educação deverá oferecer informações aos motoristas e monitores quanto ao atendimento da clientela e sempre que necessário reuni-los para transmissão de novas metodologias no atendimento aos transportes escolares;
- i) Realizar os registros fotográficos dos veículos tipo escolares contratados para futuras verificações.

A Contratada se obriga a:

- a) A(s) Empresa(s) contratada(s) além de disponibilizar o (s) veículo (s) de transporte(s) escolar (es) em perfeito estado de conservação, deverá(ão) constituir motorista(es) habilitado(s) para transporte do educando, CNH Carteira Nacional de Habilitação de no mínimo categoria D e curso SEST/SENAT para Transporte do Escolar;
- b) A(s) Empresa(s) deverá obedecer aos horários de chegada e saída dos educandos determinados pela SEMED;
- c) Não será (ão) permitida (s) a (s) participação (ões) de Empresa (s) sob a forma de consórcio;
- d) Serão desclassificadas as propostas dos proponentes que apresentarem preços manifestamente **excessivos ou inexequíveis**;
- e) Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições;
- f) Não serão admitidas sob quaisquer motivos, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos;
- g) Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto da licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte da licitante;
- h) O(s) veículo(s) deverá(ão) estar em boas condições de funcionamento, limpeza e segurança, cabendo à Empresa, o ressarcimento de danos pessoais ou materiais a alunos ou a terceiros, causados por qualquer tipo de incidente;
- i) Adequar os veículos a serem utilizados nos transportes escolares, sobretudo a exigência de possuir, na traseira e nas laterais da carroceria, e em toda a sua extensão, faixa horizontal amarela, pintada a meia altura, na qual se inscreverá o Dístico **ESCOLAR** em preto, sendo que, em caso de veículo com carroceria pintada na cor amarela, as cores indicadas deverão ser invertidas;
- j) A Contratada destinada aos transportes escolares deverá satisfazer os seguintes requisitos:
- l – Fica a contratada responsável pela **adequação dos veículos para atendimento aos portadores de necessidades especiais, nos termos da legislação vigente**, quando a situação assim o exigir;



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

II – Apresentar os seguintes documentos antes da **Assinatura do Contrato** o **CRV - Certificado de Registro de Veículo e CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo** em nome do Proprietário da Empresa ou da Empresa, devidamente regularizado junto ao Departamento de Trânsito Nacional DETRAN, para o ano em vigência, assim como os outros mencionados neste Termo de Referência;

III – A Contratada assumirá integralmente a responsabilidade por danos causados ao **Município** ou a **terceiros**, decorrentes da execução deste contrato, inclusive por acidentes, mortes, perda ou destruições parciais ou totais. O Município de Chupinguaia isentar-se-á de todas as reclamações que possam surgir referentes a este contrato, ainda que as mesmas sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de qualquer pessoa física ou jurídica em sua execução.

- k) Em **caso de paralisação (quebra) do veículo** a Empresa deverá informar imediatamente a SEMED e providenciar em no **máximo 02 (duas) horas** a substituição do mesmo por outro igualmente habilitado para que os alunos sejam devidamente transportados até o destino (escola ou residência);
- l) Em caso de impedimento do motorista, independentemente do motivo, a Empresa deverá realizar a substituição imediata do mesmo por outro igualmente habilitado, promovendo desta maneira o transporte dos alunos em tempo hábil;
- m) A Empresa contratada se obriga a manter todos os documentos pertinentes a motoristas, veículos e monitores atualizados para efeito de pagamentos;
- n) Toda e qualquer documentação que estiver desatualizada, fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a suspender os pagamentos até que as devidas regularizações sejam sanadas.
- o) A Secretaria Municipal de Educação, sempre que necessário, poderá exigir melhorias nos veículos de transportes escolares para o melhor atendimento a clientela educacional.
- p) É expressamente proibido os transportes de caronas, com exceção dos pais ou responsáveis dos alunos, desde que solicitado pelas Instituições Educacionais e devidamente autorizado pela SEMED.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E MULTAS.

O não cumprimento do objeto do Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções a CONTRATADA, nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

§ 1º - As sanções de que trata o “caput” desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Rescisão do Contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Chupinguaia, por um prazo não superior a dois anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração os prejuízos causados, após, decorrido o prazo da sanção aplicada.

f) Multa de mora de 0,05% sobre o valor do contrato, por dia de atraso na prestação dos serviços, salvo comprovadamente justificado pela contratada e aceito pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal. Ultrapassado esse prazo, a contratada ficará sujeita, ainda, à multa correspondente a 2% do valor do contrato.

§ 2º - O valor da multa aplicada por ocasião do descumprimento do presente contrato será descontado do pagamento e quando for o caso; cobrada judicialmente.

§ 3º - As sanções previstas nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea "f", facultado a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO (art. 124).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 124, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO (art. 137 a 139).

Este Instrumento contrato/ata poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21.

Parágrafo único – Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO (art. 117).

Na forma do que dispõe o artigo 117 da Lei 14.133/21 e alterações, cabe ao Município, a seu critério, através da Unidade Orçamentária 020701 e 020703, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de prestação dos serviços ora licitados, sem prejuízo da obrigação deste de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 1º - A Contratada declara aceitar integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo município.

§ 2º - A existência e a atuação da fiscalização do Município, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à prestação dos serviços ora licitados, e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO (art. 92, inciso XI).

Fica este Contrato vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico nº 2/2025, e a proposta de preços constante no Processo nº 56/2025, e as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, cujas disposições integram este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO (art. 92, § 2º).

As partes contratantes elegem o Foro do Município de Vilhena, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

Chupinguaia/RO _____ de _____ de 2025.

Pela Contratante:

Pela Contratada:

Prefeito Municipal

Função

Nome do Responsável

Nome do Responsável
Secretário (a) Municipal

TESTEMUNHAS:

Visto:

Procurador Geral.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2025

MODO DE DISPUTA ABERTO

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Agente de Contratação/Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal de nº 23/2025, torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO nº2/2025**, do tipo **Menor Preço Por Item**. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 2736/2024 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de Transportes Escolares (com motoristas e monitores), de acordo com o calendário escolar e com as especificações constantes no Termo de Referência, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Processo Administrativo nº **56/2025**. Valor Total R\$: 752.206,98 (setecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e seis reais e noventa e oito centavos). Início para cadastro de propostas: **08:00 horas do dia 22 de janeiro de 2025**; Limite para cadastro de propostas: **08:30 horas do dia 04 de fevereiro de 2025**; data de início da sessão pública: **09:00 horas do dia 04 de fevereiro de 2025**; horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares no Portal www.chupinguaia.ro.gov.br, ou telefone (69) 3346-1460.

Publique-se!

CHUPINGUAIA, 21 de janeiro de 2025

SINDOVAL GONÇALVES

Agente de Contratação/Pregoeiro



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

OBSERVAÇÕES GERAIS:

a) Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, CONCOMITANTEMENTE, proposta com a descrição do objeto ofertado com marca, modelo e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

b) Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e JÁ APRESENTADOS previamente, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento da disputa, observado o prazo constante no Edital.

c) Caso solicitado o envio de documentos complementares, não serão aceitos documentos novos, ou seja, aqueles que deveriam ter sido anexados, e por descuido ou por falta deles, não foram, conforme previsto no art. 26, caput, do Decreto Federal nº10.024/2019.

d) Com o advento do Decreto Federal nº 10.024/2019, sendo este edital elaborado com base em suas disposições, será necessário que o licitante vencedor encaminhe as propostas e documentos de habilitação integralmente todos os documentos (***não pode faltar nenhum documento/proposta***) via **HABILITANET** em arquivo **PDF**.



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DE CHUPINGUAIA
Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLMO**

PROC: 56/2025

P. E. Nº.: 2/2025

**À
PROCURADORIA**

Senhor (a) Procurador (a)

Solicito a Vossa Senhoria, proceder com análise prévia dos atos praticados no Edital do Pregão na sua forma Eletrônica n.º 2/2025, e seus anexos, juntamente com a Minuta do Contrato.

Após análise e parecer, solicito a devolução deste para darmos prosseguimento aos trâmites licitatórios.

Em, 21 de janeiro de 2025

**SINDOVAL GONÇALVES
Agente de Contratação/Pregoeiro**